



# Destaque

**Três anos de notícias da Primeira Região em suas mãos!**

# Destaque

Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Ano IV n. 33 maio 2005

# 1 ANO

**Atual administração investe na valorização do servidor e em novas tecnologias**





# Dia das Mães

Comemoramos, no segundo domingo de maio, o Dia das Mães.

Ninguém pode negar o valor da maternidade. A palavra mãe é tão poderosa, pela doação e entrega que representa, a ponto de alguém dizer que a mãe é para os filhos o que a luz é para todos nós: só lhe damos o justo valor quando se apaga.

Durante a infância e desenvolvimento, todos temos em nossa mãe a permanente disponibilidade de amor, ajuda, amizade e compreensão. Uma mulher que, “*pela constância*

*de sua dedicação, tem muito de anjo; que, sendo moça, pensa como uma anciã e, sendo velha, age com as forças da juventude; quando ignorante, melhor do que qualquer sábio desvende os segredos da vida, e, quando sábia assume a*

*simplicidade das crianças”*. (Dom Ramon Angel Fara, tradução de Guilherme de Almeida).

A mãe moderna – magistrada, servidora, estagiária e prestadora de serviço – alterna entre os cuidados e a educação dos filhos, a carreira profissional, a família e o lar, embora raramente receba o devido reconhecimento. Essas mulheres, nas palavras de D. Grable, vêm “*em profundidade; o homem em amplitude. Para o homem, o coração é o mundo, para a mulher, o mundo é o coração*”. Sabemos que

“*só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos*”. (Saint-Exupéry)

Reconhecimento, atenção, carinho e muito amor são nossos votos a todas as mães que atuam no TRF e na Justiça Federal da Primeira Região.

Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima

Presidente

## Editorial

### Desafios vencidos na administração

O grande desafio de administrar o tribunal com a maior área de jurisdição do País está sendo vencido, dia a dia, pela gestão Aloísio Palmeira Lima. O segredo do sucesso está na adoção de prioridades, como a valorização do servidor e o crescimento estrutural e tecnológico da Primeira Região. Além de promover a aproximação do cidadão com o Judiciário. Com essa certeza, autoridades e servidores comemoraram o primeiro aniversário da atual administração, numa solenidade marcada pelas homenagens aos dirigentes da Casa.

A administração judiciária tem enfrentado muitas dificuldades, com ênfase para a escassez de recursos, fato destacado durante discurso do Presidente Aloísio na posse da Diretora do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Esta edição da revista marca, ainda, o lançamento da coluna Curiosidades da 1ª Região, que trará fatos interessantes sobre magistrados, servidores e serviços do Tribunal e das Seções Judiciárias.

Volta à revista a seção Conhecendo o Tribunal, sendo reinaugurada com o funcionamento da Secin.

As Editoras  
destaquemensal@trf1.gov.br

## Sumário

12



Instalada vara federal em Salvador

19

Servidores aprendem a dominar o medo de falar em público

10



Turma Regional de Uniformização realiza sessões

38

Desembargadores conhecem trabalho do Exército na Amazônia

#### PRESIDENTE

Aloísio Palmeira Lima

#### VICE-PRESIDENTE

Mário César Ribeiro

#### CORREGEDOR-GERAL

Assusete Magalhães

#### DESEMBARGADORES FEDERAIS

Tourinho Neto

Catão Alves

Jirair Aram Meguerian

Carlos Fernando Mathias

Olindo Menezes

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

Ítalo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel da Silva

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

Leomar Barros Amorim de Sousa

Neuza Maria Alves da Silva

#### DIRETOR-GERAL

Washington Ribeiro da Silva

#### SECRETÁRIO-GERAL

Paulo Cardoso de Oliveira

#### ASSESSORA DE

#### COMUNICAÇÃO

Etiene Gomes de Carvalho

(Fenaj 4165/014/003/DF)

#### EDITORES

Etiene Gomes e

Lucimar de Melo

(Fenaj 2561/13/18/DF)

#### REDATORES

Etiene Gomes, Ivani Morais,

Juliana Freire, Lucimar de Melo,

Marcela Correia, Mara Lúcia Bessa,

Márcia Barroso, Marília Maciel, Rafael

Braga e Samantha Salomão

#### ESTAGIÁRIOS REDATORES

Bárbara Nogueira, José Alexandre de

Souza, Juliana Corrêa, Larissa

Graciano, Marina Marcondes e Thaís

Queirós

#### REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

#### PROJETO GRÁFICO

Jordânia J. Alves

#### DIAGRAMAÇÃO

Jordânia J. Alves

Colaboração: estagiário José Alexandre

de Souza

#### FOTOS

Bruno Almeida, Carlos Rodrigues, Luiz

Augusto Cals, Luiz Carlos Xavier,

Magnaldo Timo, Mauro Putini, Saulo

Cruz e Vandeny Machado

#### ILUSTRAÇÃO

Saulo Cruz

#### PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social –

Ascom

#### DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

#### FOTOLITOS

TechnoArte Bureau e Fotolito Digital

#### IMPRESSÃO

Gráfica do TRF-1ª Região

#### TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores -

SAS – Quadra 02 – Bloco A –

Edifício-Sede – sala 03.

CEP: 70095-900

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br/

destaque@trf1.gov.br/

radio@trf1.gov.br/

tv@trf1.gov.br

PCTT 066.02.002-C





### Medalha

O Presidente Aloísio Palmeira Lima foi agraciado, no dia 03 de junho, com a Medalha do Mérito Eleitoral do Tocantins. A cerimônia de outorga aconteceu durante o 30º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), que foi realizado no Tribunal de Justiça do Tocantins.

A medalha é conferida a pessoas físicas e entidades – nacionais e estrangeiras – que, por seus méritos e relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral do Estado, mereçam especial distinção.

### Expediente forense

Em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional n. 45 – que prevê ser a atividade jurisdicional nos juízos e tribunais de segundo grau ininterrupta –, esta Corte deliberou que as férias dos Desembargadores Federais serão individuais. Assim, não haverá interrupção dos trabalhos judicantes nos meses de julho e janeiro, nem alteração do expediente forense nos dias úteis dos aludidos meses.

Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima  
*Presidente*

### Reconhecimento



A servidora Nádya Santana, psicóloga no Tribunal, foi contemplada, dia 6 de maio, com uma placa de agradecimento por ter realizado atividade de reflexão sobre o papel profissional no Ministério Público Militar (MPM), a convite da psicóloga daquele órgão, Rosângela Barros Silva, por ocasião do I Dia da Saúde do MPM.

## Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian é membro do CNJ



Amigos e parentes prestigiam a sabatina do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian no Senado

No dia 08 de junho, o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian foi nomeado para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em solenidade no salão nobre do Palácio do Planalto.

A indicação do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, no dia 17 de maio.

O magistrado foi eleito o representante dos Tribunais Regionais Federais junto ao CNJ pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em fevereiro deste ano.

Naturalizado desde 1967, o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian nasceu no Cairo/Egito. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1970, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (RJ). Seu ingresso na Justiça Federal ocorreu em 1979, na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Foi Juiz nas Seccionais do Amazonas, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, exercendo, na última, a Diretoria do Foro. Atuou, ainda, nas Varas Únicas de Rio Grande (RS), de Uberaba e de Uberlândia. Tomou posse como membro do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em 27 de maio de 1994, promovido pelo critério de antiguidade. Exerceu a função de Diretor da revista do TRF. Foi ainda Diretor da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região no biênio 2002/2004. Desde o dia 28 de junho de 2004, o magistrado é membro efetivo do TRE/DF. Atualmente é membro do Conselho de Administração desta Corte.

### CNJ

O Conselho Nacional de Justiça foi criado pela Emenda Constitucional 45 (Reforma do Judiciário) para controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. O órgão é composto por 15 membros com mais de 35 e menos de 66 anos de idade.

Confira na próxima edição a cobertura da posse do Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian no CNJ



## Como fica a Informática

**Servidor do quadro permanente do TRF da Primeira Região desde 1990, Marcos Barbosa ocupa o mais alto cargo de gerenciamento da tecnologia da informação do Tribunal e da Primeira Região, o de Diretor da Secretaria de Informática (Secin).**

**Tecnologia da informação é o termo mais usado atualmente para designar Informática.**

**Marcos Barbosa fala à Destaque, quarenta dias após assumir a Secretaria que dirige, com a propriedade de quem faz parte dela há pouco mais de 15 anos, quando ingressou no Tribunal.**

**Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade de Brasília, o novo Secretário de Informática traz no campo profissional a realização de relevantes projetos na área de tecnologia da informação, contribuindo para o bom desempenho da missão do Tribunal.**

**No TRF, gerencia 93 pessoas, entre estagiários, prestadores de serviços e dirigentes das divisões a ele afetas; além de gerir os projetos de informática das Seções e Subseções Judiciárias. Confira o que pensa ele!**



Marcos Barbosa, Diretor da Secretaria de Informática

**Há alguma nova diretriz para a Secretaria de Informática que gostaria de ressaltar?**

Neste ano, a meta da secretaria é a meta do Presidente, que é a instalação das novas varas. Um grande desafio, se não for um dos maiores que a Justiça Federal da 1ª Região já teve: instalar 34 novas varas em tão pouco tempo. E, para viabilizar isso, a Informática estabeleceu a meta de centralizar todas as informações, todas as bases de dados, no Tribunal, que também é algo inédito na Justiça Federal. Nenhum outro TRF tem as bases centralizadas das Seções Judiciárias no Tribunal.

**Vocês já começaram a trabalhar dessa forma com a vara de Caxias/MA, que foi instalada dia 8 de abril?**

Pela pressa com a qual foi instalada a Vara Única de Passos e de Caxias, a nossa licitação de links, a nova rede, não tinha acontecido ainda. As bases dos dois municípios estão centralizadas; mas, temporariamente, Passos está centralizada em Belo Horizonte/MG; e Caxias/MA, em São Luiz/MA. Elas tiveram contratação de link temporário por três meses, que está vencendo no mês de junho, e agora que o contrato foi assinado com

a Embratel, vencedora da licitação da nova rede, elas vão ser centralizadas no TRF. Serão as primeiras.

**Está na direção da Secin desde 30 de março. Já consegue perceber as principais dificuldades a serem enfrentadas no exercício da função?**

Sem dúvida alguma, a dificuldade que mais se destaca é a falta de recursos humanos. Principalmente pela instalação das 41 novas varas neste ano, que deverá acontecer simultaneamente em alguns casos. Teremos de ter mais de uma equipe viajando e uma terceira equipe dando apoio ao Tribunal e às demais Seções e Subseções que estarão funcionando normalmente.

**Quanto a essa dificuldade, há algum projeto para ampliar o número de servidores no quadro da Secin?**

Foi encaminhada sugestão, para a comissão de reestruturação dos quadros de pessoal do TRF e das Seções, relativa a toda a Informática de 1º e 2º graus. Estamos aguardando o anteprojeto de lei que prevê o aumento do número de servidores. O nosso quadro de servidores especializados em informática é muito reduzido. Temos alguns colaboradores que, embora não sejam da

área específica, estão lotados na Secin.

Os prestadores de serviço são maioria na Secin. Com relação a eles, de imediato, não há previsão de ampliação do número de contratados, devido à escassez de recursos financeiros.

**O grande número de terceirizados prejudica ou facilita o desenvolvimento do trabalho?**

Nós temos excelentes técnicos terceirizados; mas a rotatividade é maior. Então o conhecimento adquirido permanece menos tempo no Tribunal.

**Como pretende unir recursos humanos, equipamentos e novidades tecnológicas para atender, de forma ainda melhor, o usuário interno e externo da Primeira Região?**

A meta da Secretaria é a centralização das informações nas Seções e, se possível, no Tribunal. A utilização de redes a longa distância, com bases de dados remotas, dificulta muito a administração e aumenta em muito os custos, pois temos que ter ambientes adequados e equipes especializadas em cada local. E onera bastante a nossa rede de longa distância, pois o Tribunal é provedor de internet para as Seções e Subseções Judi-

ciárias, com todos os usuários internos saindo para a Internet pelo Tribunal, e todo usuário externo entrando também pelo Tribunal.

**Haverá alguma outra mudança com relação às divisões ou seções da Secretaria, além da já ocorrida na Disis?**

Pelo menos a curto prazo, não. Pretendemos aguardar, dentro do possível, a reestruturação geral.

O ajuste ocorreu rapidamente, pois, caso contrário, a Disis entraria em colapso, ou já estava. Assim, o Braga (Mário de Sena Braga Júnior), ex-diretor da área, assumiu o desafio de ficar responsável por todos os sistemas administrativos do Tribunal, exercendo uma FC-4 para tal. Com isso, a parte administrativa, que estava tão carente de atenção, tem agora um responsável, que tem “voz” na Secretaria, como os diretores. Isso também aliviou a sobrecarga na área processual, que hoje gera a maior demanda de desenvolvimento, atualmente sob a responsabilidade da Disis, sob a Direção do Gustavo Sanches. Esperamos, em breve, formalizar essa seção. As duas áreas saíram ganhando bastante, do ponto de vista gerencial. Resta aumentarmos o quantitativo de profissionais em ambas, assim como nas demais divisões.

**Há alguma novidade à vista para as Seções e Subseções Judiciárias?**

A orientação para este e o próximo ano é realmente a centralização das bases de dados nas Seções e, se possível, no Tribunal. Já está definido que as novas varas que estão sendo instaladas serão centralizadas aqui. As demais subseções estão em fase de estudo. Ilhéus, que foi o nosso piloto para convencimento de que essa tecnologia é viável, já está centralizado em Salvador desde o ano passado. O projeto foi iniciado na Divip quando eu estava à frente daquela divisão. Para consolidar esse convencimento, centralizamos Uberaba em Belo Horizonte, que era uma subseção maior. Com a Secretaria de Informática convencida de que a tecnologia é adequada, as novas subseções serão centralizadas no Tribunal. Estamos em constante discussão com as Seções Judiciárias para avaliarmos a viabilidade dessas centralizações. Não sei se será viável para todas, umas são muito grandes, outras menores. Faremos com bastante cautela e, certamente, apoio de todos.

**Como a Informática está contribuindo para a instalação das novas varas federais?**

Após a localização do imóvel, licitação e

adequação do prédio, a Informática é acionada para avaliá-lo, já tendo analisado todos os projetos em conjunto com a Dieng, divisão chave nesse processo e que vem fazendo um ótimo trabalho. Concluída esta etapa, entra em cena a equipe para a instalação de equipamentos, softwares, links para comunicação com o Tribunal e, também, a equipe de instalação dos sistemas e treinamento dos usuários, que acontece, normalmente, uma semana antes da inauguração da vara, e continua uma semana após.

**Chegou-se ao 12º Juizado Federal Virtual instalado na Primeira Região. A Secin está realizando algum trabalho para a mudança de cultura quanto à eliminação do uso do papel?**

O trabalho vem sendo feito por meio de visitas das Seções Judiciárias à Seccional do DF, que muito tem contribuído com este processo. Os servidores visitam as varas e conhecem os trâmites. A eles é apresentada, por servidores das Varas/DF e da Secin, a agilidade que o sistema virtual proporciona, desde o julgamento em lotes de ações similares até a liberação de espaço físico. No local são feitas demonstrações para familiarização com o sistema, na tentativa de que possíveis resistências sejam vencidas. O sistema está sendo bem aceito. Quando há necessidade, a equipe retorna à Seção Judiciária para fazer um reforço no treinamento.

**As sessões de julgamento foram informatizadas há cerca de dois meses. Os magistrados estão realmente utilizando os notebooks?**

Alguns desembargadores federais já utilizam, inclusive, software de comunicação on line com o gabinete. Em vez de usar o telefone, que poderia incomodar a sessão, eles utilizam esse software comunicando-se com os gabinetes para a troca imediata de informações.

**Qual a sua opinião sobre a tecnologia do Tribunal de transmitir julgamentos em tempo real para o mundo, fato inédito com o Sidjor?**

Iniciativa excelente da Ascom! A Secin deu o apoio técnico, implementando a idéia. O Sidjor teve uma aceitação fantástica! Nós somos questionados o tempo todo por outros órgãos sobre como foi implementado, como estão sendo as visitas. O sistema está muito estável, está no ar o tempo todo. Sempre recebemos questionamentos dos usuários querendo saber se alguma transmissão de muito interesse vai ser mesmo transmitida.

Todas as sessões estão, efetivamente, sendo transmitidas.

**As Seções Judiciárias estão podendo acessar o Sidjor?**

O Sidjor está disponível para todos os usuários, do TRF, das Seções e externos. Somente as transmissões on-line de julgamentos, a Rádio e a TV Destaque não estão disponíveis para as Seções Judiciárias por questões de restrições orçamentárias, pois a tecnologia permite, mas os links atuais não suportam. No momento, o custo para colocar um link que suporte essa transmissão é muito elevado, que o nosso reduzidíssimo orçamento não comporta.

**A tão solicitada Informática de um órgão é também, muitas vezes, criticada. Pensa em alguma maneira de reverter isso junto ao usuário?**

Por ser um setor muito requisitado, sempre sofre muitas críticas. Principalmente quando tem recursos humanos e financeiros tão reduzidos. É fato. Nós não conseguimos atender a todas as demandas a contento. Estamos fazendo ajustes em todas as divisões. Já foi criado um ramal único, o #2, que vai distribuir as chamadas entre ramais da Divisão de Atendimento ao Usuário (Diatu).

Estamos tentando fortalecer a Diatu com recursos humanos, mas não é fácil, como todos os setores bem sabem. Atualmente, nenhuma divisão da Secin dá conta de toda a demanda, que vem também das Seções e Subseções Judiciárias. A Secin desenvolve todos os sistemas corporativos da Primeira Região, administra toda a infra-estrutura tecnológica e dá apoio aos setores de informática das Seções e Subseções quando estes não conseguem resolver algum problema específico.

**Há projeto de instalação de novos equipamentos?**

Promoveremos a substituição de vários microcomputadores mais antigos e a instalação de algumas impressoras departamentais. Serão entregues, em breve, equipamentos servidores que comportam o armazenamento de grande volume de informação e que promovem o processamento mais eficiente dos dados. A era virtual em que vivemos, JEF e Execução Fiscal, além da centralização das bases de dados, requerem mais processamento e mais armazenamento.

**Vocês tem tido dificuldades financeiras?**

A escassez financeira existe. Temos uma demanda que milhões de reais não atenderi-



am, mas vamos viabilizando excelentes projetos com o que temos, principalmente perseverança, criatividade e apoio da administração. Por exemplo, com a liberação do DO e DJ on-line, a Secin, mais uma vez, economizará centenas de milhares de reais para a Primeira Região.

**Sobre ser o primeiro servidor do quadro do Tribunal a exercer o mais alto cargo da tecnologia da informação da Corte, gostaria de dizer algo?**

Foi um convite que recebi com grande surpresa e alegria ainda maior. Fico feliz em verificar a receptividade de todo o Tribunal, das Seções e Subseções Judiciárias. Sei que não é pela minha pessoa, mas pelo reconhecimento de um servidor do quadro estar exercendo um cargo de decisão na Informática. É uma felicidade que já senti ao ver colegas de outras áreas passando pelo mesmo. Percebo que os servidores sabem que, há 15 anos, eu vivencio a realidade da Justiça Federal, lotado aqui na Casa. Sei dos problemas e das prioridades que o Tribunal, as Seções e as Subseções têm.

**Fora do Tribunal, o Marcos Barbosa vive o mundo do ciberespaço ou se desliga completamente disso?**

Eu vivo a Informática, mas curto muito a minha família, é lógico. Fora daqui eu dou a atenção que ela merece e que,

muitas vezes, lhe falta. Eu uso efetivamente o gabinete virtual. O meu micro em casa, assim como os dos desembargadores e de vários juizes, funciona como um computador dentro da rede do Tribunal, acessando, sem restrição, todos os recursos.

Além disso, faço uso de computador de mão (palm), de celular com acesso à Internet, de comércio eletrônico via internet (acabei de comprar alguns DVDs); estou instalando uma rede de computadores sem fio em minha casa, por minha conta, para que eu e minha família possamos trocar informações entre as estações de trabalho e compartilhar recursos, de qualquer parte da residência, como a impressora e o acesso à Internet em banda larga (ADSL).

**O que é necessário para que um usuário do Tribunal tenha o escritório virtual em casa?**

Para se ter o gabinete virtual, basta solicitar à Diatu, pelo Siate ou #2, a geração de um mini-CD, que cabe na carteira, que viabiliza o acesso. Só isto. Onde tiver internet, o magistrado ou servidor terá acesso ao TRF e Seções. É simples assim, mas é fantástico.

**O que o diretor da Secin tem a dizer aos usuários da tecnologia da in-**

**formação do Tribunal, das Seções e das Subseções?**

A tecnologia é algo intrínseco e inquestionável na vida moderna, e muito contribui para facilitar o nosso cotidiano, principalmente no nosso trabalho. Torna as atividades mais céleres e precisas, minimizando, por exemplo, os erros materiais. Eu vivo tecnologia no TRF e na minha vida particular. Mas chamo a atenção para o que realmente nos move, que são as idéias, oriundas do relacionamento humano. A tecnologia pela tecnologia não faz sentido. São as idéias que mudam os procedimentos, tão carentes de revisões, e promovem as verdadeiras revoluções. A tecnologia vem apenas apoiar, com muita eficiência, essas mudanças. Mas é o querer que faz a diferença.

Às vezes são necessários apenas poucos minutos de conversa para evitar dezenas de e-mails trocados.

Orgulho-me em dizer que, na Justiça Federal da Primeira Região, as idéias são fartas e o querer não as deixa no esquecimento. Fazemos muito, e bem, com muito pouco. Por isto a Secin é tão demandada por toda a Região, pois vem oferecendo um apoio de qualidade na tecnologia da informação, de que muitas das idéias necessitam para serem concretizadas. ■

## Desembargadores conhecem trabalho do Exército na Amazônia

No período de 18 a 21 de maio, os Desembargadores Federais I'talo Mendes, Antônio Ezequiel da Silva e João Batista Gomes Moreira estiveram na Amazônia, a convite do Comando do Exército, para conhecer os trabalhos de defesa da fronteira do Brasil na Região. Eles compuseram comitiva, formada por membros do Poder Judiciário e ocupantes de funções

essenciais à Justiça, que foi recebida e acompanhada por autoridades militares.

Os visitantes foram recepcionados pelo General Figueiredo, Comandante Militar da Amazônia, e estiveram naquele comando militar, em Manaus; na 5ª Brigada do Exército, onde foram recebidos pelo comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, Jorge Alberto Duardes Boabaid;

no Pelotão de Fronteira, que fica em São Joaquim/AM, na fronteira com a Colômbia; nas instalações do Serviço de Vigilância da Amazônia (Sivam). Em São Gabriel da Cachoeira/AM, quem os recebeu foi o Tenente-Coronel Daniel Vianna Peres, do 5º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS). De São Gabriel, seguiram para o hospital militar e quartéis.

**Autoridades civis presentes** – Os Ministros do Superior Tribunal Militar Antônio Carlos de Nogueira e Olympio Pereira da Silva Júnior; o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ari Pargendler; O Procurador-Geral da União, Moacir Antônio Machado da Silva; o Subprocurador-Geral da União, Fernando Henrique O. de Macedo; a Subprocuradora-Geral da Justiça Militar, Marisa Terezinha Cauduro da Silva; o Corregedor-Geral do Ministério Público Militar, Mário Sérgio Marques Soares; a Procuradora-Regional da União da 1ª Região, Hélia Bettero; a Desembargadora Federal da 5ª Região, Margarida Cantarelli; o Juiz-Auditor da 12ª auditoria militar, José Barroso Filho; e o Prefeito de São Gabriel da Cachoeira, Juscelino Otero Gonçalves.

**Autoridades militares presentes** – Os Coronéis Jorge Ricardo Áureo Ferreira e Amilton Coutinho Ramos; o Tenente-Coronel Nilton Gonçalves Rezende; os Majores Juvenal Donizete Ozelin e José Arnon dos Santos Guerra; os Capitães Marcelo Souza Lima, André Jansen do Nascimento e Dalvesco Corrêa dos Santos



## Tribunal recebe visita de juizes chineses

No dia 23 de maio, o TRF-1ª Região recebeu a visita de delegação composta por oito juizes do estado de Xangai, na China. Os magistrados vieram ao Brasil para conhecer o regime jurídico e o funcionamento dos tribunais no País.

Um intérprete acompanhou a comitiva.

Os juizes chineses foram recepcionados pelo Presidente Aloísio Palmeira, que explicou, de forma objetiva, a estrutura do poder judiciário brasileiro, bem como as diferenças entre as justicas estadual e federal no que diz respeito à competência.

Após a visita à Presidência, os magistrados, acompanhados do Secretário-Geral Paulo Cardoso, seguiram para o Plenário, onde receberam as boas-vindas dos Desembargadores Federais que participavam da Corte Especial Administrativa.

Em seguida, os visitantes dirigiram-se à sala de sessões n. 03 e, com o auxílio do Juiz Federal convocado para a 1ª Turma Suplementar, Marcelo Dolzany, puderam sanar dúvidas acerca das sessões de julgamento do Tribunal.



Magistrados da China são recebidos pelo Presidente Aloísio Palmeira

## Projeto Soldado Cidadão

Os alunos do Projeto Soldado Cidadão receberam, em dezembro do ano passado, os diplomas de conclusão do curso. Durante três meses, mais de 28 mil soldados brasileiros tiveram aulas de cidadania ministradas por juizes federais voluntários. Os alunos aprenderam sobre os princípios e a organização do Estado e sobre direitos e deveres estabelecidos na Constituição Federal.

Cerca de 200 juizes federais voluntários participaram da primeira etapa do projeto. O Juiz Federal Osmane Antônio dos Santos, diretor de assuntos legislativos da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), entidade que disponibilizou os juizes para ministrarem as aulas, foi um dos magistrados voluntários. Para ele, contribuir com proje-

tos como esse foi uma experiência única: "...não somente pelo pioneirismo da iniciativa do Ministério do Exército em levar noções de cidadania aos seus soldados, mas, sobretudo, pela possibilidade de aproximação entre o Poder Judiciário e as organizações militares", explicou o magistrado.

O juiz ressaltou, ainda, a importância de levar um pouco da experiência que adquiriu como magistrado para os soldados, de forma a possibilitar melhores condições de adaptação e convivência social e familiar, bem como nas relações de trabalho. "A cidadania se constrói com trocas de experiências, e os voluntários nesse projeto levaram e trouxeram ensinamentos basilares a todos envolvidos, seja na condição de aluno ou mestre", relatou o ma-

gistrado.

O Tenente-Coronel Marcos André, Comandante do Batalhão do Exército de Brasília, afirmou que a contribuição do Judiciário tem sido fundamental para a formação dos jovens soldados, que agora tiveram a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre seus direitos e deveres e preparar-se melhor para a vida.

No dia 25 de maio, teve início a segunda etapa do projeto. Em Brasília, 600 soldados do Exército Brasileiro começaram a ter aulas de cidadania. Para o Tenente-Coronel Raulino, Comandante do 32º Grupo de Artilharia de Campanha, com o projeto, os soldados terão maior chance de conquistar um espaço no mercado de trabalho.





## Tribunal participa da exposição “Justiça para Todos”

O TRF-1ª Região participou, no período de 21 a 24 de abril, da exposição “Justiça para Todos”, promovida pelo STJ, no Parque da Cidade, em Brasília/DF. O evento teve como objetivo apresentar aos cidadãos os serviços oferecidos pelas instituições jurídicas e, desta forma, aproximar a população do Poder Judiciário.

O Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal, proferiu discurso na solenidade de abertura da exposição, que contou com a presença de autoridades públicas, ministros e magistrados. Representando o TRF-1ª Região, estiveram presentes ao local do evento o Vice-Presidente, no exercício da presidência, Desembargador Federal Mário César Ribeiro, o Desembargador Federal Carlos Mathias, o Secretário-Geral Paulo Cardoso e o Diretor-Geral Washington Ribeiro.

Uma estrutura moderna, especialmente montada para a exposição no parque, chamou a atenção dos curiosos que durante quatro dias visitaram o local. Estima-se que 600 visitantes passaram pelo estande do TRF, onde servidores e estagiários devidamente capacitados para esclarecer as dúvidas do público quanto ao funcionamento da Justiça Federal da Primeira Região, representaram as Secretarias de Informática (Secin) e Judiciária (Secju), a Coordenação dos Juizados Especiais Federais (Cojef), as

seessorias de Representação e Programação Social (Asrep) e de Comunicação Social (Ascom), a Seccional do DF e o Setor de Segurança (Setseg/Diseg)— ambas, unidades colaboradoras.

Quem visitou o estande pôde realizar consulta processual, conhecer os trabalhos do protocolo descentralizado, dos Juizados Especiais Federais e do programa de visitas orientadas, tirar certidão negativa e assistir aos vídeos institucionais. A tecnologia da transmissão ao vivo das sessões de julgamento, da rádio e tv web chamou a atenção de muitas pessoas que, surpresas, elogiaram o pioneirismo do Tribunal.

Ao visitar o estande para realizar consulta processual referente a compra de imóvel funcional, um cidadão comemorou, satisfeito, o resultado de outro processo, revelou o Diretor da Divisão de Informações Processuais (Diinf), Aluizio Alves de Oliveira, responsável pelo atendimento na ocasião: “A consulta por nome resgatou o andamento de um processo sobre reajuste salarial do ano de 1993, de que a parte já não se lembrava mais em razão da falta de contato com o advogado. Para a surpresa de todos, a consulta informou o ganho de causa e que o processo se encontrava na fase de execução para pagamento”.

Na tarde do último dia do evento, o

Juiz Federal Marcelo Rebello, da 23ª Vara de Juizados Especiais Federais (JEF) da Seção Judiciária do DF, proferiu pequena palestra para um grupo de adolescentes e adultos, abordando aspectos gerais da Justiça, com destaque para o JEF. Ao final, falou sobre as vantagens e dificuldades de ser juiz, palavras que incentivaram ainda mais a estudante da 4ª série, Lígia Dias Pinheiro Soares, 12 anos, a formar-se em Direito e seguir carreira na área jurídica.

A preocupação com a qualidade de vida, presente no projeto “De Bem com a Vida”, também motivou a coordenadora do Programa em Gestão e Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT), Ruth Vaz, a criar, para os visitantes, uma pequena praça com serviços de massagem relaxante oferecidos por massagistas que atuam no Tribunal. Eles realizaram 358 atendimentos. Os cupons com direito a 15 minutos de relaxamento foram bastante procurados pelo público em geral, mas oferecidos somente àqueles que visitaram o estande e que votaram, possibilitando conhecer-se o nível de satisfação com os trabalhos e com o atendimento, por meio de um programa especialmente elaborado pelo PGQVT com apoio da Secin. O programa realizou, ainda, o sorteio eletrônico de brindes ao final da votação.



Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal, e o Diretor-Geral do TRF-1ª Região, Washington Ribeiro, em visita ao estande do Tribunal



Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias e Secretário-Geral Paulo Cardoso assinam livro de presença durante o evento



Cidadãos tiram suas dúvidas quanto a serviços da Justiça Federal da 1ª Região

## Instalada vara federal em Salvador

A 23ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia foi instalada no dia 6 de maio, em solenidade presidida pelo Desembargador Federal Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira Lima. Em discurso, o magistrado destacou o significado dos Juizados Especiais Federais (JEFs) ao levarem à parcela da população brasileira que não tinha acesso ao Judiciário, uma “justiça célere e moderna”. Em seguida, lembrou que, em três anos de instalação dos JEFs, na Primeira Região foram julgados 442.139 processos.

Também estiveram na sede da Seccional, durante a solenidade de instalação, o Coordenador dos Juizados na 1ª Região, Desembargador Federal I'talo Mendes, a Diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia, Juíza Federal Mônica Neves Aguiar da Silva, e a Coordenadora dos JEFs no Estado, Juíza Federal Vera Maria Louzada Velloso.

A nova vara destina-se a julgar causas dos JEFs, ou seja, de até 18 mil reais, e está prevista dentro das 41 que estão sendo implantadas neste ano em toda a Primeira Região.

A instalação da quinta vara de Juizados Federais em Salvador irá desafogar as quatro varas especializadas existentes, que hoje têm 140 mil processos em tramitação, e melhorar o atendimento ao cidadão soteropolitano que busca garantir seus direitos na Justiça Federal.

### Convênios para interiorizar a Justiça Federal

Na mesma solenidade, foram assinados convênios entre o TRF-1ª Região e as prefeituras dos municípios baianos de Barreiras, Campo Formoso, Feira de Santana e Jequié para cessão dos imóveis onde funcionarão as novas varas federais que serão instaladas nessas localidades até o final do ano. Também houve convênio entre o Governo do Estado e o Tribunal para a cessão do prédio para instalação de vara em Vitória da Conquista/BA.

O Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva e a Diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia, Mônica Neves Aguiar da Silva, foram testemunhas da ce-

lebração dos convênios. Na assinatura do último, realizado com o Governo da Bahia, também testemunhou o Deputado Coreolano Sales.

### Feira de Saúde

Também houve, no mesmo evento, a inauguração da IV Feira de Saúde da Seção Judiciária da Bahia. A feira foi realizada até o dia 11 de maio, oferecendo, a juízes federais e servidores, estandes, workshops, oficinas, exposições e outras atividades relacionadas à saúde e qualidade de vida no trabalho.

Com o tema “Saúde: um desafio de família”, o evento foi realizado pela Direção do Foro da Bahia, pelo Pro-Social e pelo Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT) da Seccional, com o patrocínio da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

### Homenagem às mães

As mães presentes receberam rosas e homenagem especial feita pela Juíza Federal Rosana Kaufmann, que entregou um buquê de flores à servidora Graça Lessa, à espera de um bebê. O Presidente Aloísio Palmeira Lima e a Diretora do Foro/BA, Mônica Neves Aguiar, também fizeram homenagem às mães em seus discursos.

### Autoridades presentes

Diversas autoridades dos três poderes estiveram na solenidade, entre elas, o Senador Antônio Carlos Magalhães, o Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva, o Secretário de Governo do Estado – representando o Governador – Ruy Tourinho, a Representante do Presidente do TJBA, Desembargadora Ana Maria Borges, o Presidente da Turma Recursal do JEF/BA, Wilson de Souza, os Deputados Federais Coreolano Sales e Fernando de Fabinho, o Secretário de Saúde – representando o Prefeito de Salvador –, Luiz Eugênio, os Prefeitos de Barreiras/BA, Saulo Almeida, de Feira de Santana/BA, José Ronaldo de Carvalho, de Jequié/BA,



Presidente assina convênio para interiorização da JF na Bahia

Abaixo, Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva assina o convênio como testemunha, ladeado pelo Presidente e pela Diretora do Foro da SJBA, Mônica Aguiar



Reinaldo Pinheiro, e a Prefeita de Campo Formoso/BA, Iracy Araújo. Também estiveram em Salvador servidores da Dieng, para realizar atividades técnicas inerentes à instalação da Vara; da Asrep, para assessoria de cerimonial ao Presidente; além da equipe da Ascom, para cobertura jornalística para a TV e Rádio Justiça, Destaques mensal e do dia e assessoria de imprensa ao Presidente Aloísio Palmeira e ao Coordenador dos JEFs na Primeira Região, I'talo Mendes.

### Visita ao Núcleo de Atendimento Judiciário

O Coordenador dos JEFs na Primeira Região, a Diretora do Foro/BA e a Coordenadora do JEF da Bahia estiveram, na manhã do dia 6 de maio, na sede do Núcleo de Atendimento Judiciário (NAJ), com o fim de apurar as dificuldades e procurar soluções para melhorar o atendimento diário no local. Também estiveram no Núcleo os Juízes Federais que atuam nas Varas dos Juizados Federais do Estado.





## Turma Regional de Uniformização realiza sessões

Entre os dias 06 e 13 de maio, a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais (JEFs) da Primeira Região esteve reunida novamente para julgar incidentes de uniformização entre as catorze turmas recursais da Primeira Região. As sessões aconteceram no salão nobre do TRF-1ª Região. A Turma tem como objetivo unificar interpretação de lei federal em decisões divergentes e conflitantes das turmas recursais dos juizados.

Durante cinco dias, foram julgados 976 incidentes. O Coordenador-Geral da Justiça Federal, Ministro Ari Pargendler, participou da abertura das sessões, que contou também com a presença do Diretor-Geral Washington Ribeiro e do Diretor da Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária, Carlos Frederico Maia Bezerra. Todas as sessões foram presididas pelo Desembargador Federal I'talo Mendes, coordenador dos Juizados Especiais Federais na 1ª Região, conforme determinado pela resolução Presi/ 600-008, de 05.07.2004.

Ao falar durante a abertura do evento, o magistrado demonstrou satisfação e agradeceu o esforço de todos os presentes. As sessões não foram interrompidas nem mesmo com o ponto facultativo no TRF-1ª Região, determinado pela portaria Presi/600-235, no dia 10 de maio.

No total, 39 juízes federais participaram das sessões; realizadas por incidente, com a participação de três juízes de cada turma envolvida na divergência.

De acordo com o Desembargador Federal I'talo Mendes, foram julgados, principalmente, processos de natureza previdenciária e relativos a servidores públicos. Segundo a Coordenação dos Juizados Especiais Federais (Cojef), a Turma alcançou as expectativas e julgou quase todos os processos que haviam sido distribuídos.



*Ministro Ari Pargendler participa da sessão de abertura da turma*

*Das decisões da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, cabe recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal e incidente de uniformização para a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.*

## Seção Judiciária do DF tem nova diretora

A Juíza Federal Maria de Fátima de Paula Pessoa Costa foi empossada, no dia 13 de maio, no cargo de Diretora do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal. A solenidade, presidida pelo Presidente Aloísio Palmeira, foi bastante prestigiada por autoridades e servidores da Casa.

Em seguida, a Juíza Federal Isa Tânia Cantão, que estava encerrando o mandato, agradeceu a cooperação de seus pares, servidores e terceirizados e a todos que a auxiliaram no exercício da diretoria da Seccional do DF.

Em seu discurso, o Presidente do Tribunal disse ser necessário ter vocação para administrar, e lembrou as habilidades exigidas de um administrador que dispõe de poucos recursos financeiros. "A administração judiciária exige o espírito de sacrifício e, sobretudo, criatividade, devido à escassez de recurso", afirmou.

A nova dirigente da Seccional, que ocupará o cargo até 2006, ingressou na magistratura há 13 anos, no DF. Atuou na Justiça Federal do Pará e de Minas Gerais, antes de assumir a titularidade da 10ª Vara da Seção Judiciária do DF. Sobre a nova função, a magistrada disse: "Pretendo continuar os processos dos meus antecessores de modernizar e informatizar a Justiça".

À solenidade estiveram presentes o Advogado-Geral da União, Ministro Álvaro Augusto Ribeiro Costa, o Embaixador Roberto Pessoa da Costa, a Presidenta da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (Ajufer), Solange Salgado, a Chefe da Procuradoria Regional da União na 1ª Região, Hélio Bettero, o Procurador-Geral de Justiça do DF e Territórios, Rogério Schietti, desembargadores e juizes federais, o Secretário-Geral Paulo Cardoso, o Diretor-Geral em exercício, Carlos Frederico Bezerra, além de dirigentes e servidores.

## Condecorações

No dia 19 de abril, o Exército Brasileiro comemorou 357 anos. Para celebrar a data, o Comando Geral do Exército organizou diversas atividades comemorativas e, entre elas, foi realizada a solenidade de condecoração da insígnia "Ordem do Mérito Militar".

A medalha tem por objetivo homenagear autoridades civis e militares e organizações militares e instituições civis, nacionais e estrangeiras que hajam prestado relevantes serviços ao Exército.

A abertura da solenidade, realizada no Quartel-General, foi iniciada com o Hino Nacional, interpretado pelo coral do Colégio Militar ao som da banda do exército. O evento foi prestigiado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e contou com a participação de autoridades, familiares e convidados dos homenageados.

Na ocasião, magistrados do TRF-1ª Região também foram agraciados com a condecoração. O Vice-Presidente, Desembargador Federal Mário César Ribeiro, recebeu a medalha no grau Comendador; o Desembargador Federal Hilton Queiroz, no grau Oficial; e o Juiz Federal em auxílio à Presidência, Marcos Augusto de Sousa, foi condecorado no grau Cavaleiro.



*Desembargador Federal Mário César Ribeiro ao lado da esposa, Teresa Cristina Ribeiro, e do filho Alexandre César Ribeiro*



*Juiz Federal Marcos Augusto de Sousa, com a esposa, Nelsília Maria Ladeira, e o filho Pedro Augusto Luniere*



*Desembargador Federal Hilton Queiroz ao lado da esposa, Zoraide de Almeida Queiroz*

### Ordem do Mérito Judiciário

No dia 10 de maio, o Presidente do TJDF, Desembargador José Jeronimo Bezerra de Souza, condecorou a Corregedora-Geral do TRF da Primeira Região, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, com a medalha "Ordem do Mérito Judiciário", no grau Grã-Cruz. A homenagem aconteceu no auditório Pedro Calmon e destina-se às pessoas que tenham prestado relevantes serviços à Justiça do Distrito Federal ou à cultura jurídica geral.



*Desembargadora Federal Assusete Magalhães, ladeada pelo esposo, Júlio Cezar Peixoto (esq.), e pelo Presidente do TJDF, José Jeronimo*

### Medalha Justiça Século XXI

A Seção Judiciária de Minas Gerais realizou, no dia 11 de maio, solenidade de outorga da Medalha Século XXI. Destinada a homenagear personalidades que se destacaram no apoio prestado aos serviços da Justiça Federal mineira, a medalha homenageou diversos magistrados, entre eles, os Juizes Federais que atuam em auxílio à Presidência e à Corregedoria-Geral da Primeira Região, Marcos Augusto de Sousa e Reynaldo Soares da Fonseca, respectivamente. Por estar presidindo a sessão de julgamento da 2ª Turma à época, a Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, uma das personalidades agraciadas, não pôde comparecer ao evento, mas declarou, em ofício enviado à Diretoria do Foro, sentir-se honrada com a homenagem.



*Diversos magistrados foram homenageados com a medalha*





## CJF realiza a terceira sessão ordinária em Salvador/BA

O Presidente Aloísio Palmeira Lima participou, no dia 22 de abril, da reunião do Conselho da Justiça Federal em Salvador/BA.

Além dos integrantes do colegiado, também estiveram no evento o Desembargador Federal Antônio Souza Prudente, a Diretora do Foro da Seccional da Bahia, Mônica Neves Aguiar da Silva, o Presidente e o Vice-Presidente da Ajufe, Jorge Maurique e José Henrique Rabelo, o Vice-Presidente da Ajufe, Carlos Eduardo Martins, a Procuradora-Chefe da República/BA, Auristela Reis, e representantes da OAB e do Poder Legislativo.

Entre as principais matérias analisadas pelo Conselho estava a concessão do uso de armas pelos agentes de segurança judiciária, conforme a resolução n. 141 do TRF da Primeira Região, com o objetivo de padronizar os meios de segurança a serem utilizados na Justiça Federal de primeiro e segundo grau. Foi constituída comissão para, em 120 dias, apresentar projeto dessa padronização.

Foram referendadas as seguintes resoluções:

✓ n. 431, sobre relatório de prestação de contas do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau referente ao exercício de 2004;

✓ n. 414, que trata do cronograma anual de desembolso mensal da Justiça Federal referente ao exercício de 2005;

✓ n. 424, que dispõe sobre solicitação de alterações orçamentárias no exercício de 2005, no âmbito da Justiça Federal.

Também foi aprovada a proposta de resolução que regulamenta a criação de cadastro de bens apreendidos em procedimentos criminais no âmbito das corregedorias dos TRFs.

Houve pedido de vista pelo Ministro José Delgado do processo referente à ampliação do número de desembargadores federais nos TRFs.



Foto: João Batista de Araújo/Studio Sun Sun-BA

Presidente Aloísio Palmeira participa da reunião do Colegiado

### COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (após posse de novos presidentes dos TRFs, em 22/05/05)

Ministro Edson Carvalho Vidigal – *Presidente*

Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira – *Vice-Presidente*

Ministro Ari Pargendler – *Coordenador-Geral da Justiça Federal, Diretor do Centro de Estudos Judiciários e Presidente da Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais*

Ney Natal de Andrade Coelho – *Secretário-Geral*

#### Membros Efetivos

Ministro José Augusto Delgado

Ministro José Arnaldo da Fonseca

Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima

Desembargador Federal Frederico José Leite Gueiros

Desembargadora Federal Diva Prestes Marcondes Malerbi

Desembargador Federal Vladimir Passos de Freitas

Desembargador Federal Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti

#### Membros Suplentes

Ministro Fernando Gonçalves

Ministro Felix Fischer

Ministro Aldir Guimarães Passarinho Jr.

Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Desembargador Federal José Eduardo Carreira Alvim

Desembargador Federal Paulo Octávio Baptista Pereira

Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler

Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima

## Diretores-gerais dos TRFs reúnem-se no Conselho da Justiça Federal

No dia 12 de abril, o Conselho da Justiça Federal (CJF) realizou reunião de diretores-gerais e de diretores da área de orçamento dos cinco TRFs com o secretário-geral e o secretário de orçamento e finanças do CJF. O Diretor-Geral Washington Ribeiro e o Diretor da Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária (Secor), Carlos Frederico Maia Bezerra, participaram da reunião, que tratou do contingenciamento de R\$ 43.367.332,00 do orçamento de toda a Justiça Federal das cinco regiões. O STJ ofereceu um crédito de R\$ 20.000.000,00, restando ainda um saldo de R\$ 23.367.332,00, contingenciado do orçamento dos cinco Tribunais Regionais Federais.

Na Primeira Região serão bloqueados R\$ 6.609.673,00, valor proporcional à dotação com projetos que a Primeira Região tem em relação aos demais TRFs. Esta verba corresponde a 28,29% do valor contingenciado pelos Tribunais, e, apesar de parecer elevado, o percentual é equitativo, em face do tamanho do orçamento da Primeira Região em relação às demais.

De acordo com o Diretor-Geral, o percentual do contingenciamento em outras despesas correntes e despesas de capital é de 4,36% da dotação já recebida, sendo 3,74% da dotação para outras despesas correntes e, 6,72% das despesas de capital, incluso os projetos. O Diretor-Geral esclareceu ainda que “o contingenciamento poderá ser revertido no decorrer do exercício, dependendo do comportamento da economia nacional, ou seja, se a receita superar as despesas, esse superávit será convertido, no que couber, ao desbloqueio dos recursos orçamentários para os três Poderes. Isso normalmente tem ocorrido no final de cada exercício”, afirmou.

Durante a reunião, o Diretor-Geral e o Secretário de Orçamento do TRF da Primeira Região ressaltaram aos dirigentes do CJF e representantes dos demais tribunais presentes à reunião a necessidade de ampliação dos valores destinados às despesas de manutenção das novas varas federais instaladas no interior do País. Atualmente, o valor assegurado por vara é de R\$ 24.000,00 mensais. Foi solicitado aumento do valor para R\$ 57.000,00 por vara. O CJF está analisando o assunto junto aos órgãos orçamentários do Executivo. Caso seja concedido crédito suplementar para o presente exercício, a suplementação só se efetivará no decorrer do segundo semestre.

## Dia do Taquígrafo

No dia 02 de maio foi comemorado, antecipadamente, no TRF-1ª Região, o Dia do Taquígrafo; consagrado desde o dia 03 de maio de 1823. Na ocasião, discursaram o Presidente Aloísio Palmeira e o Diretor da Subsecretaria de Taquigrafia do TRF, Carlos Benedicto Cunha de Menezes.

O Diretor falou aos presentes que estava muito feliz por trabalhar no TRF, e afirmou que o trabalho do taquígrafo judiciário não é fácil, pois é preciso muita disciplina e responsabilidade, além de inteligência, determinação e dignidade. Finalizando seu discurso, o Diretor desejou aos profissionais da Subsecretaria de Taquigrafia (Sutaq) muitas felicidades e disse que, apesar de a realidade da vida ser difícil quanto às remunerações e os horários, pediu aos taquígrafos que se dediquem ao máximo para colaborar com o Tribunal, que, segundo ele, conquistou seu coração, fazendo-o participar com grande satisfação dos trabalhos realizados.

Após o Diretor, o Presidente Aloísio Palmeira saudou a todos os presentes e, durante o discurso, ressaltou a importância do trabalho dos taquígrafos, que, para ele, é de suma importância. Ele afirmou que, se não fosse o registro, muito se perderia na oralidade, como votos e decisões proferidas nas sessões. “Os registros devem ser feitos não só para o controle, mas para a história do TRF”, disse o Presidente Aloísio. O Desembargador Federal afirmou, ainda, que a função do

taquígrafo é insubstituível, não só agora, como futuramente. Também defende que se faça justiça ao trabalho do taquígrafo, não no plano subjetivo dos servidores, mas dentro da realidade objetiva que o trabalho do taquígrafo impõe. Ao final, o Presidente parabenizou os taquígrafos pelo sacrifício e espírito público com que desempenham suas tarefas. Após os discursos foi oferecido aos presentes coquetel promovido pelo Diretor da Taquigrafia, Carlos Benedicto.

Estiveram presentes à comemoração os Desembargadores Federais Antônio Ezequiel da Silva, Luiz Gonzaga Barbosa Moreira e Luciano Tolentino Amaral, o Secretário-Geral Paulo Cardoso, o representante do Banco do Brasil, Mauro Santana, a Diretora da Secretaria de Taquigrafia do STJ, Valéria Soares de Almeida, dirigentes e servidores.



Profissionais da Sutaq na confraternização do Dia do Taquígrafo





## Diretor-Geral faz visita de inspeção em unidades do Tribunal



Acima, dirigentes reunidos durante a visita, ao lado, visita ao novo arquivo judicial e abaixo, inspeção no almoxarifado



No dia 11 de abril, O Diretor-Geral Washington Ribeiro, acompanhado da Secretária de Administração, Maria Cristina Turnes, do Secretário de Controle Interno, Pedro Maximiano Pereira, do Secretário de Planejamento e Administração Orçamentária, Frederico Maia Bezerra, de uma equipe da divisão de engenharia e dos diretores das áreas de limpeza, conservação e segurança, fez visita de inspeção nas unidades do edifício Adriana e em alguns locais do Edifício-Sede, Anexo I e Dona Marta VIII. Segundo o Diretor-Geral, o objetivo da inspeção foi conhecer a realidade do Tribunal e buscar melhorias nas condições e no ambiente de trabalho para todos os servidores e magistrados.



A comitiva visitou, entre outras unidades, as secretarias de administração, controle interno e de planejamento e administração orçamentária, depósitos, almoxarifado, arquivos judicial e administrativo, garagem, vestiários dos prestadores de serviços, o restaurante e conheceu o sistema de segurança do Tribunal.

Na ocasião, o Diretor-Geral conversou com servidores e dirigentes e ouviu reclamações e sugestões para melhorar as instalações e a execução dos trabalhos em diversas unidades do Tribunal. Em uma breve avaliação, Washington Ribeiro afirmou que a administração do Tribunal está bem e que há apenas problemas pontuais a serem resolvidos. Segundo ele, a Diretoria-Geral está estudando as possibilidades, dentro das disponibilidades orçamentárias, para solucionar os problemas da forma mais rápida possível.

## Siget agiliza peças processuais

Em 2001, cinco gabinetes de desembargadores federais do TRF-1ª Região receberam sistema para a confecção de peças processuais: o Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Textos (Siget), que, desenvolvido pela Secin, combina o editor de textos Word com o sistema de dados Juris.

Desde então, o sistema foi adaptado para as varas comuns e de Juizados Especiais Federais (JEFs) da 1ª Região e instalado em 14 varas, distribuídas nas Seções Judiciárias de Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Roraima, Pará e Amazonas.

O propósito do Siget é agilizar a estruturação de peças processuais, como o voto, cuja composição – relatório, fundamentação e dispositivo – é feita no Word, com os dados dos processos cadastrados no Juris. A celeridade na confecção das minutas de voto é possível pelo fato de os usuários trabalharem com apenas um sistema e com lote de processos iguais, apenas com dados cadastrados diferentes. A assinatura de um grande volume de processos ao mesmo tempo pelos magistrados, por meio da assinatura eletrônica, contribui para

agilizar a formação das peças.

A Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Disis), da Secretaria de Informática (Secin), está desenvolvendo nova versão do Siget, que contará com a Certificação Digital - medida de segurança que utiliza a biometria, fazendo uso das impressões digitais, para tornar os documentos certificados legítimos. “A melhor tecnologia atual para garantir a integridade, autenticidade e não-repúdio das informações é via certificação digital, principalmente com biometria, que está baseada em criptografia dos dados a partir de certificados digitais armazenados em cartões, que são acessíveis apenas após a leitura da digital do usuário”, afirma Gustavo Sanches, Diretor da Disis. A certificação será utilizada, também, nos Juizados Especiais Federais Virtuais e na Execução Fiscal Virtual.

Segundo Gleyziene Barreto, que trabalha na Disis, o Siget será implantado, futuramente, nas turmas e sessões e nos setores de arquivo e de jurisprudência, acarretando a substituição do envio eletrônico de documentos no Tribunal.

## Visitas ao Presidente

Com o objetivo de ampliar a integração do Banco do Brasil com o Tribunal, no sentido de firmar convênios para melhoria dos serviços judiciários da 1ª Região, os dirigentes daquela instituição Flávio Náufel do Amaral, Gerente de Mercado, Paulo Roberto de Oliveira, Superintendente de Governo, e Ricardo Newman, Gerente da Agência Poder Judiciário, reuniram-se com o Presidente Aloísio Palmeira no dia 1º de abril.

No dia 06 de abril, o Presidente Aloísio Palmeira recebeu, em visita de cortesia, o Vice-Governador do Maranhão, Jurandir Ferro do Lago Filho, e o Ministro aposentado do STJ, José Cândido de Carvalho Filho.

O Deputado Federal Paes Landim esteve na Presidência em 03 de maio, para tratar da instalação da Vara Federal de Picos (PI), município contemplado pela Lei 10.772/2003.

Vários membros da Coordenadoria Interestadual das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do Rio São Francisco vieram ao Tribunal no dia 18 de maio. Na ocasião, os promotores apresentaram ao Presidente Aloísio Palmeira o parecer do Ministério Público Federal acerca dos estudos de impacto ambiental que têm sido realizados sobre o projeto de transposição das águas do rio.

No mesmo dia, a Presidência recebeu a visita dos Deputados Federais Babá, Eduardo Seabra e Hélio Esteves. Os parlamentares trataram das ações relativas à demissão de 992 servidores públicos no estado do Amapá, ocorrida em 1996, e que estão em tramitação no Tribunal.

### Tribunal recebe a visita de estudantes

Participando do Programa Bem-Vindo ao TRF-1ª Região, cerca de 15 alunos do curso de Direito da Universidade Católica de Brasília (UCB) visitaram o Tribunal no dia 14 de abril.

Os estudantes assistiram à sessão da Corte Especial Administrativa no Plenário e, logo após, dirigiram-se ao Salão Nobre, onde participaram da palestra “Funcionamento da Justiça Federal”, proferida pelo Chefe de Gabinete do Desembargador Federal Carlos Mathias e Professor daquela universidade, Mário Sérgio Ferrari.

No mesmo local, o Secretário-Geral Paulo Cardoso também falou aos estudantes, fazendo um breve apanhado das atividades desenvolvidas pelo Tribunal. Os estudantes conheceram, ainda, a Coordenadoria de Registros e Informações Processuais (Corip) e o estúdio de rádio e TV do TRF-1ª Região.

Os estudantes de Direito do Uniceub também vieram conhecer o funcionamento da Corte, no dia 09 de maio. Acompanhados da professora Irema Vieira, os alunos assistiram a duas sessões de julgamento, visitaram a Subsecretaria de Taquigrafia e as Turmas Suplementares, onde foram recebidos pelo Juiz Federal convocado Carlos Alberto Simão Tomaz. O Secretário-Geral Paulo Cardoso conversou brevemente com os alunos em nome do Tribunal, explicando sobre o trabalho de interiorização da Justiça (JEFs). Encerrando a visita, o servidor Antônio Róger, lotado no gabinete do Desembargador Federal Fagundes de Deus, ministrou palestra aos alunos sobre o funcionamento do gabinete.

Ainda em maio, estudantes de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia visitaram o Tribunal. Depois de assistir à sessão da Corte Especial Administrativa, no Plenário, os estudantes seguiram para as Turmas Suplementares, onde foram recepcionados pelo Juiz Federal Mark Ishida. Em seguida, assistiram a uma breve exposição da magistrada Geneviève Grossi sobre os Juizados Especiais Federais, na sala de sessões n. 01.

O Professor da Faculdade e Juiz de Direito do estado de Rondônia, Raduan Miguel Filho, acompanhou os estudantes na visita.

#### De cima para baixo:

Foto 1. Vice-Governador do Maranhão, Jurandir Filho, Presidente Aloísio Palmeira e Ministro José Cândido Filho.

Foto 2. O Presidente Aloísio Palmeira ao lado do Deputado Federal Paes Landim

Foto 3. Reunião na Presidência sobre o projeto de transposição do Rio São Francisco

Foto 4. Presidente Aloísio Palmeira ladeado pelos Deputados Federais (a esq.) Babá, (a dir.) Eduardo Seabra e Hélio Esteves.

Foto 5. Juiz Federal Carlos Alberto Thomaz explica o funcionamento das Turmas Suplementares aos estudantes do Uniceub

Foto 6. Estudantes da UCB assistem à palestra do Professor Mário Sérgio Ferrari

Foto 7. Estudantes de Rondônia são cumprimentados pelo Presidente Aloísio Palmeira





## Desar

**Palavras do Juiz Federal Saulo Casali (convocado para o Gabinete do Desembargador Federal Olindo Menezes durante férias) na sessão de julgamento do dia 25 de maio. A mensagem expressa o sentimento de todos os colegas do Gabinete e do Tribunal em decorrência do falecimento da colega “Beth”, Maria Elizabeth Nóbrega de Oliveira.**

Senhor Presidente, gostaria de fazer o registro de falecimento da servidora do gabinete do Desembargador Federal Olindo Menezes, Maria Elizabeth Nóbrega de Oliveira, que faleceu na madrugada de hoje. Inclusive, trouxemos aqui votos que tiveram também neles o esforço e o trabalho da servidora. E acredito que este tenha sido um modo de homenageá-la de alguma forma. Ela que se dedicou por muitos anos ao gabinete do Desembargador Federal Olindo Menezes e à Justiça Federal, mesmo, revelando-se sempre uma pessoa de grande dedicação ao serviço, de grande seriedade, de grande interesse e de inteligência, também, que muito colaborou com as atividades do gabinete e, conseqüentemente, deste Tribunal, em todo o período em que esteve em atividade.

Em nome do Desembargador Federal Olindo Menezes, em nome dos colegas e servidores do gabinete, gostaria de realizar esse registro, em sessão, deste fato que surpreendeu a todos – e surpreendeu muito a todos – e que trouxe bastante tristeza ao gabinete, deixando a todos bastante sensibilizados com essa ocorrência, mas gravando que dela ficou as impressões do companheirismo e do coleguismo que ela demonstrou durante todo o período de convívio.

Gostaria de externar, então, voto de pêsames a seus familiares e registrar o agradecimento pelo período em que conviveu conosco. E efetivamente, sendo um fato da vida, um fato inarredável e invencível, resta-nos apenas nos conformar com ele.



## De olho no trânsito

No dia 19 de abril, aconteceu, no Salão Nobre, a palestra “Educação no Trânsito e Prevenção de Acidentes”. O evento foi realizado pelo Setor de Transporte (Settra), em parceria com a Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh).

Cerca de 20 pessoas estiveram presentes, entre elas, o Chefe da Settra, Ricardo Dutra Amaral, o Diretor da Setseg, Gláucio Braga, e o Diretor da Diseg, Agnaldo de Souza.

Na ocasião, o Assistente de Trânsito do Detran Jayme Amorim ministrou a palestra, distribuiu panfletos, exibiu vídeos educativos e respondeu a dúvidas dos participantes sobre trânsito.

*Jayme Amorim fala aos participantes sobre a prevenção de acidentes no trânsito*



## Servidores aprendem a dominar o medo de falar em público

Quando o assunto é falar em público, as reações são as mais variadas. Muitas pessoas dizem gostar, outras afirmam sentir horror, e muitas chegam a confessar ter medo. Uma pesquisa realizada na Austrália, por exemplo, revelou que um terço dos 10.000 entrevistados disseram preferir a morte a falar em público.

E foi justamente com o intuito de superar esse medo que oito servidores (sendo cinco da Assessoria de Comunicação Social – Ascom), duas do Pro-Social, uma da Divisão de Desenvolvimento Organizacional, uma da Divisão de Comunicação Administrativa e um da Justiça Federal) decidiram participar do curso “Perca o medo de falar em público falando”, ministrado pelo Professor Paulo Flôres no período de 25 a 29 de abril.

O evento foi organizado pela Divisão de Recursos Humanos (Direh) do Tribunal.

Durante o curso, o Professor ensinou os alunos a desenvolverem um planejamento eficaz de uma apresentação profissional, apresentou dicas e exercícios para melhorar o timbre da voz, ensinou recursos para falar de improviso e, ainda, falou sobre o poder dos gestos. Aulas práticas também não faltaram: os alunos fizeram apresentações pessoais, de trabalho e, ainda, participaram de uma simulação de debate televisionado.

Para Paulo, o importante nesse tipo de trabalho não é estabelecer um modelo padronizado, mas apresentar sugestões de modo que faça o aluno sentir-se bem ao falar em público, incorporando seu comportamento natural. “Meu objetivo é fazer em cada um dos alunos o resgate daquela criança que, por seus próprios meios, tentava – e conseguia! – comunicar-se com seus familiares e até com estranhos!”. Para ele, a regra básica para todo mundo que almeja falar bem em público é a disciplina e a prática. Durante suas aulas, Paulo também enfatiza a importância de uma boa preparação. “Evitem se aventurar a falar de improviso. É muito perigoso”, alertava sempre que tinha oportuni-

dade.

Etiene Gomes, jornalista e Chefe da Assessoria de Comunicação Social, foi uma das participantes do curso. Apesar de ser da área de comunicação, revelou estar participando do treinamento para tentar superar o receio de se manifestar em público. “Já tive de fazer várias apresentações, mas confesso que todas elas foram precedidas de muito nervosismo. Com o curso, pretendo superar este medo que não sei de onde vem”. Já a servidora Iracy Borges, enfermeira da Divisão de Assistência à Saúde, foi taxativa ao afirmar que não se sentia bem ao falar em público. “Não gosto de falar em público, e isso me atrapalha; com o curso, pretendo superar, pelo menos em parte, esta limitação”, afirmou.

Depois das 20 horas de curso, tanto Etiene como Iracy e também todos os demais participantes ficaram satisfeitos com o resultado prático do aprendizado. No último dia de aula, ao fazerem as respectivas apresentações exigidas para a conclusão do treinamento, foi surpreendente o desempenho de cada participante. “Foi impressionante como houve evolução dos colegas da primeira para a última apresentação”, afirmou Dalva Sobral, servidora do Pro-Social.

Apesar das dicas e informações, o Professor fez questão de alertar que, mesmo com todo o treinamento do mundo, um pouco de ansiedade nos minutos que antecedem a cada apresentação será inevitável; no entanto, deixou registrado, em uma das apostilas distribuídas para os participantes do curso, um pensamento fundamental de Reinaldo Polito, um dos mais brilhantes especialistas no ensinamento de métodos para se falar em público: “o importante não é eliminar o nervosismo, e, sim, não deixar que ele atrapalhe. Sob controle, esse sentimento pode se transformar numa preciosa energia positiva que torna o orador mais envolvente”.



*Professor Paulo Flôres ensina as técnicas para uma boa apresentação em público*

**Abaixo, algumas sugestões do Prof. Paulo Flôres para se superar o medo de falar em público:**

- ◆ Conheça profundamente o assunto sobre o qual irá falar;
- ◆ faça um ensaio – se possível grave em vídeo, ou pratique em frente ao espelho;
- ◆ trabalhe sua aparência;
- ◆ dê ênfase especial aos primeiros cinco minutos de sua apresentação;
- ◆ procure saber o nome de alguns participantes e, eventualmente, mencione-os durante a apresentação;
- ◆ participe de cursos e palestras sobre apresentações e desinibição;
- ◆ demonstre sua preparação utilizando-se de recursos audiovisuais atualizados;
- ◆ desenvolva seu estilo próprio (procure não imitar ninguém);
- ◆ use suas próprias palavras. Demonstração de erudição não usual soará artificial.



# Poses de servidores

No dia 07 de abril, três servidores foram empossados pelo Presidente Aloísio Palmeira: Agamenon Torres, no cargo de Assessor Judiciário da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários (Asret), Janderson Casado Santos, como Diretor da Divisão de Produção da Subsecretaria de Sistemas da Secretaria de Informática (Secin), e José Habib Fraxe Jr., no cargo de Chefe de Gabinete do Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral.

O evento na Presidência contou com a presença da Desembargadora Federal Neuza Maria Alves, do Diretor-Geral Washington Ribeiro, do Secretário-Geral Paulo Cardoso, de dirigentes e de vários servidores da Casa.

O Presidente do TRF-1ª Região, Aloísio Palmeira Lima, empossou Renato Coelho Borelli no cargo de Assessor Judiciário do Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, no dia 11 de abril.

Estiveram presentes a Diretora da Seção Judiciária da Bahia, Mônica Neves Aguiar da Silva, o Diretor-Geral Washington Ri-

beiro, o Secretário de Planejamento e Administração Orçamentária, Frederico Maia Bezerra, e o Diretor da Secretaria de Recursos Humanos, Alex Amorim.

O servidor Gustavo Sanches foi empossado no cargo de Diretor da Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas da Secretaria de Informática.

No evento, ocorrido no dia 27 de abril, estiveram presentes o Diretor-Geral Washington Ribeiro, o Secretário-Geral Paulo Cardoso, o Diretor da Secretaria de Recursos Humanos, Alex Amorim, os Secretários de Informática do Tribunal, Marcos Barbosa, e do STJ, Lúcio Melre, além de amigos e colegas de trabalho do novo dirigente.

O Presidente Aloísio Palmeira também empossou o servidor Laviere Gomes da Rocha, no cargo de Analista Judiciário, no dia 13 de maio. A posse, ocorrida na Presidência, contou com a presença do Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca, de dirigentes e de servidores do Tribunal.



O empossado Laviere Rocha é cumprimentado pelo Presidente Aloísio Palmeira



Presidente Aloísio Palmeira ao lado do servidor Gustavo Sanches



Os servidores empossados José Habib Fraxe Jr., Agamenon Torres e Janderson Santos



O empossado Renato Borelli, ladeado pela Juíza Federal Mônica Neves Aguiar, pelo Presidente Aloísio Palmeira e por dirigentes do Tribunal

## Gente em Destaque

### Triathlon, um esporte três em um

À primeira vista, ele é apenas mais um dos servidores que transitam pelos corredores do prédio da Justiça Federal do DF. Paulo Sérgio Rosa exerce o cargo de Técnico Judiciário e Supervisor de Atendimento, contudo o servidor federal lotado na 14ª Vara tem um diferencial: é triatleta.

Paulo sempre praticou esportes, desde criança; mas foi aos 12 anos que começou a trilhar seu caminho. O primeiro esporte foi o voleibol, que praticou por cerca de quatro anos, chegando até a defender o clube do Sesi – Serviço Social da Indústria. Logo depois de abandonar o esporte em quadra, partiu para o vôlei de praia, que é jogado em dupla; mas a falta de parceiros o fez optar por um esporte individual. A família também sofreu influência para praticar esportes; a esposa, por exemplo, pedala.

Primeiro veio a bicicleta; logo depois, a natação; e, para chegar à corrida, foi um pulo. Já faz 12 anos que Paulo pratica o *Triathlon*, e as conquistas são muitas: no ano passado consagrou-se vencedor geral no *Iron Man* Brasília; foi várias vezes campeão na sua categoria, que é de 30-

34 anos; em 2004, foi o 4º colocado no Campeonato Brasileiro e, em 2002, participou da força máxima do esporte, quando competem os atletas de ponta: o *Iron Man* do Havaí. Já competiu em vários estados brasileiros, como São Paulo, Santa Catarina, Vitória, Fortaleza, Rio de Janeiro, e partiu recentemente para mais uma competição, realizada no dia 29 de maio, em Florianópolis.

Seu treinador é o técnico Vinícius Moreira, e sua rotina de treinamento é puxada, quatro horas por dia – três pela manhã e uma hora à noite – Paulo acorda às 4h45 e, às 5h, já está correndo ou pedalando. Ainda, à noite, depois do trabalho, dá continuidade ao treinamento, nadando na academia *Almyr Fitness*. Nos finais de semana, o treinamento estende-se para oito horas.

Quando perguntado se acha que Brasília oferece uma boa infra-estrutura para a prática do esporte, sua resposta foi positiva; contudo há dois grandes empecilhos: a violência no trânsito contra o ciclista – o próprio atleta foi vítima de um atropelamento – e o medo de tornar-



se alvo de uma quadrilha que se formou na cidade e que pratica roubo de bicicletas mais caras.

Brasília conta com dois triatletas de renome nacional, Leandro Macedo e Mariana Ohata – ganhadora do Campeonato Brasileiro de 2005.

Paulo conta com o patrocínio da Assejufe e da academia onde pratica a natação. O triatleta deixa um recado para quem deseja ter uma vida longa e saudável: o segredo da vida e da saúde é a prática de esportes.

### Curiosidades sobre o esporte



O *Triathlon* nasceu em São Diego, em 1974, num clube de atletismo em que os participantes, ao tirarem férias, seguindo a recomendação de seus treinadores, deveriam praticar o ciclismo e natação, para seguirem um cronograma de continuidade dos treinamentos. Os atletas deveriam nadar 500 metros, pedalar 12 km e correr 5 km. O treinamento foi ganhando novos adeptos e virou competição; assim, nasceu o *Triathlon*, modalidade que se integrou às Olimpíadas, somente como esporte de demonstração, a partir de 1984, em Los Angeles, e que foi oficializada como esporte Olímpico somente 16 anos mais tarde, em 2000, em Sidney.

Conta-se erroneamente que o *Triathlon* surgiu no Havaí. Na realidade, nasceu no Havaí a modalidade mais conhecida do *Triathlon*: o “Iron Man”, uma das provas mais difíceis e extenuantes, em que o participante tem que nadar 3.800 metros, pedalar 180 Km e correr 42 Km. A primeira prova foi realizada em fevereiro de 1978.

Esse esporte conta com diferentes modalidades: *Fast Triathlon*, dividida em curtas baterias; o *Shor Triathlon*, que consiste em o atleta nadar 750 metros, pedalar 20 Km e correr 5Km; o Olímpico, 1.500 metros de natação, 40 Km de ciclismo e 10 Km de corrida.

No Brasil, o *Triathlon* chegou em 1983, no Rio de Janeiro, no Parque do Flamengo, e a competição foi vencida pelo carioca Roger de Moraes.

Fonte: Confederação Brasileira de *Triathlon*.



O Triatleta na prova dos 70km de *mountain-bike* em Águas Lindas, abril de 2004



# Atual Administração comemora um ano de gestão

Em comemoração do primeiro ano de gestão da atual administração, o Hall do Plenário recebeu diversas autoridades, dirigentes e servidores do Tribunal no dia 29 de abril. Na abertura do evento, o Desembargador Federal Souza Prudente cumprimentou o Presidente Aloísio Palmeira pelos desafios vencidos, com “galhardia e brilho”, neste primeiro ano de administração. Afirmou ainda, em seu discurso, que “no Estado Moderno, os governos, como Poder Executivo, também ficam sujeitos ao que for decidido por juízes e tribunais, além de serem obrigados a fornecer meios para execução das decisões judiciais”; lembrando, em seguida: “o que tornou popular a expressão ‘decisão de juiz se cumpre, não se discute’ é o fato de que, nos sistemas constitucionais modernos, os tribunais são independentes do Parlamento ou do Executivo, e as decisões judiciais são ordens e mandamentos, não são pareceres ou sugestões.”

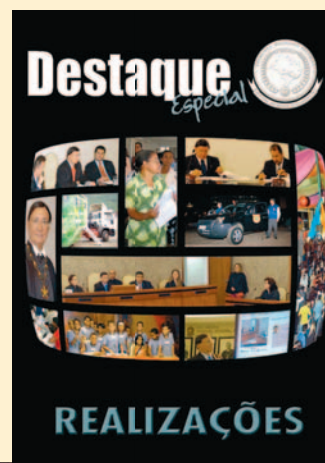
Dando continuidade às homenagens, o Coral *Habeas Cantus* apresentou as canções “Tambatajá”, do compositor Waldemar Henrique, e “Canto do Pajé”, de Heitor Villa Lobos.

Após a apresentação do coral, foi exibido vídeo comemorativo produzido pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), que apresentou os principais objetivos da atual administração, como a valorização dos servidores e o aprimoramento da prestação jurisdicional, alcançado por meio da interiorização da Justiça Federal e da realização dos Juizados Especiais Federais itinerantes e fluviais. Após o vídeo, houve a distribuição aos presentes da publicação *Destaque Especial*, relativa ao primeiro ano da Administração Aloísio Palmeira Lima, e do CD-Rom que reúne todas as edições do *Destaque do Dia* e da *Revista Destaque* da atual gestão.

O Presidente Aloísio Palmeira encerrou a solenidade fazendo uma importante retrospectiva dos fatos marcantes ocorridos desde a sua posse, em abril de 2004, e ressaltando os objetivos da gestão em curso, “A atual Administração dedica-se a projeto de desenvolvimento voltado, a um só tempo, à valorização do jurisdicionado e ao crescimento estrutural e tecnológico da Primeira Região”, afirmou o Presidente.

Estiveram presentes ao evento a Corregedora-Geral Assusete Magalhães, além dos Desembargadores Federais Carlos Olavo, Luciano Tolentino Amaral, Antônio Sávio, Carlos Mathias, Selene de Almeida, Ítalo Mendes, Maria do Carmo Cardoso, Luiz Gonzaga Moreira, Leomar Amorim e o Desembargador Federal aposentado Osmar Tognolo. Também compareceram à comemoração vários juízes federais da Seção Judiciária do DF, representantes da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, dirigentes e servidores da Casa.

Após a solenidade, os presentes foram brindados com um coquetel oferecido pelo Banco do Brasil.



Publicação editada pela Ascom sobre o primeiro ano de gestão do Presidente



Coral Habeas Cantus homenageia os dirigentes do TRF/1ª Região



Presidente Aloísio fala sobre o 1º ano da atual administração



CD-Rom com edições do *Destaque do Dia* e da *Revista Destaque* da atual gestão



Presidente Aloísio Palmeira ao lado do Desembargador Federal Souza Prudente, que discursou em nome do Tribunal

## Fatos que marcaram o 1º ano da gestão Aloísio Palmeira Lima

- ❖ Realização dos juizados itinerantes em 11 municípios da Bahia, com mais de 21 mil atendimentos feitos;
- ❖ Instalação de oito JEFs virtuais nos estados da 1ª Região;
- ❖ Realização do I Curso de Treinamento e Atualização para Diretores de Foro e Coordenadores de Subseções, com o apoio da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região e da Diretoria-Geral do Tribunal;
- ❖ Lançamento oficial do Programa de visitas “Bem-Vindo ao Tribunal”, uma oportunidade para que estudantes conheçam de perto as instalações e o funcionamento do TRF-1ª Região;
- ❖ Inauguração do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística (Sidjor) na internet. O sistema é composto pela Rádio e TV Destaque, e pela transmissão ao vivo das sessões de julgamento;
- ❖ Inauguração da Base Operacional Administrativa, área de 2.236 m<sup>2</sup> destinada à manutenção de veículos do Tribunal.
- ❖ Conclusão dos trabalhos da Comissão de Reestruturação de cargos e funções da Justiça Federal da 1ª Região, com a apresentação de proposta para o anteprojeto de lei.



## O que motiva as pessoas a deixar de fumar?

Qualquer discussão sobre os motivos que levam as pessoas a deixarem de fumar exige uma compreensão dos relacionamentos básicos entre os danos à saúde e o comportamento de fumar.

As pessoas que enfrentam problemas com a dependência de nicotina geralmente desenvolvem motivações flutuantes e conflitantes. Às vezes querem, mas as vezes não querem deixar o cigarro. Esse conflito pode ser chamado de “ambivalência”. É comum ouvir, em consultório, a pessoa dizer: “eu preciso de ajuda para deixar de fumar”, e em seguida acrescentar: “mas não é nada tão sério assim, eu não tenho um problema de saúde; mas não gosto da fumaça e nem do cheiro do cigarro; tenho medo de engordar e não tenho disposição para fazer exercícios físicos ou dieta; tenho vontade de fumar”.

Sentir-se dividido em relação a alguma coisa ou pessoa é uma experiência comum entre nós, seres humanos. Contudo, quando falamos de comportamentos aprendidos, esse tipo de conflito claramente tem um papel central (Orford, 1985). Usuários de

tabaco e outras drogas (álcool, maconha, cocaína, etc.), bulímicos e jogadores patológicos, muitas vezes, reconhecem os riscos, os custos e os danos envolvidos em seu comportamento. Mesmo assim, sentem-se muito apegados e atraídos a esse comportamento por várias razões. O conflito está instalado e eles não têm certeza ou não sabem se querem mudar. Esse apego ao comportamento é que torna difícil, para a pessoa, mudar o hábito de fumar.

As pessoas têm expectativas particulares, e essas expectativas podem ter um efeito poderoso sobre o comportamento de fumar. Algumas pessoas podem demonstrar vontade de parar de fumar e, ainda assim, não fazerem nenhum esforço para tanto, na crença de que os esforços serão inúteis. Outras podem resistir à abstinência de nicotina, apesar dos estragos provocados pelo hábito de fumar, porque temem que, sem o cigarro, elas simplesmente não consigam enfrentar a vida.

O desafio de deixar o cigarro para trás pode exigir um conjunto de motivos, de habilidades e estratégias. No entanto, não me parece haver motivo

maior do que ganhar tempo de vida. Cada pessoa pode encontrar um jeito próprio para deixar de fumar, pois parar de fumar é um processo de aprendizado que pode ser rápido ou precisar de várias tentativas, mas, se a pessoa quiser, acabará obtendo sucesso. E, em última análise, parar de fumar depende de decisão própria; o resto é um detalhe, embora, com certeza, um detalhe importante. Pode ser fácil ou difícil, mas é um detalhe.

Veja, por exemplo, os motivos que Renato, 42 anos, encontrou para deixar de fumar: “Quero ser saudável; não quero que meus filhos fumem, desejo ser um bom exemplo para eles; não é justo para com as pessoas com quem eu moro, trabalho ou saio; posso usar o dinheiro para outra coisa; o cigarro tem um cheiro ruim; não quero ter câncer; e não acho que preciso de cigarro para aliviar minha ansiedade. Assim, cada vez mais desejo ser não-fumante”.

O profissional da área de saúde é indicado para ajudar aquelas pessoas que querem parar de fumar. Se você achar que precisa de ajuda, esperamos poder ajudá-lo(a)

*Maristela Aires da Fonseca. Psicóloga, Encarregada do Setor de Assistência Psicológica – Disau/TRF– 1ª Região. Membro do Programa de Gestão de Qualidade de Vida – PGQVT/TRF– 1ª Região*

### Dicionário de Decisões Trabalhistas

Obra organizada pelos juristas de referência no Direito Trabalhista, Benedito Calheiros Bomfim e Silvério dos Santos, de inigualável valor jurisprudencial, tem o condão de disponibilizar criteriosa seleção das mais importantes decisões e julgados trabalhistas, no período de 2002 a 2004, incluindo ementas e acórdãos, na íntegra.

Com apreciável valor de consulta, a obra apresenta jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior do Trabalho, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais Regionais Federais.

O Dicionário de Decisões Trabalhistas tem sido publicado desde 1950, sendo que a cada edição é feita nova seleção por período distinto. Esta é a 35ª edição, e o período pesquisado é o de 2002 a 2004.



*Livro*



*Autoridades e dirigentes presentes à inauguração*

## Inaugurado sistema de segurança do Tribunal

No dia 1º de junho, aconteceu o lançamento do Sistema Eletrônico de Controle de Acesso do Tribunal, no *hall* do Plenário. Após a apresentação do filme instrutivo, o Diretor da Divisão de Segurança, Agnaldo Dias, explicou o funcionamento do sistema aos convidados.

Em seguida, o Presidente Aloísio Palmeira fez a entrega simbólica dos crachás de acesso às autoridades presentes, entre elas, a Procuradora-Regional da União na 1ª Região, Hélia Bettero, e os representantes da OAB/DF, Polícia Federal e Procuradoria-Geral do INSS. O Presidente destacou que a segurança interna é uma das metas da atual administração, e afirmou: “Nos dias de hoje, em face da violência que atinge nossos lares e trabalhos, há a necessidade de prevenção”. Para concretizar a inauguração do sistema, o Presidente do Tribunal e as autoridades que receberam os crachás testaram as catracas de acesso a esta Corte.

A solenidade, prestigiada também pela Desembargadora Federal Isabel

Gallotti, por dirigentes e servidores da Casa, foi encerrada com um coquetel oferecido pelo Banco do Brasil.

**Sistema Eletrônico de Controle de Acesso** – Segundo o Diretor da Divisão de Segurança, Agnaldo Dias, a aceitação do público externo e interno está sendo o mais natural possível. “Evidentemente que há algumas manifestações de críticas ou resistência, mas esse comportamento é bastante natural em processos de implantação de mudanças nas rotinas de segurança dessa natureza”, diz o diretor.

Atualmente, apenas os edifícios Sede e Anexo I dispõem desse sistema de segurança. Mas, segundo o diretor da Diseg, já foi elaborada uma proposta de se incluir, no próximo exercício, a integração dos Edifícios Dona Marta e Adriana e, ainda, de controlar o acesso dos veículos que ingressam nas garagens e estacionamentos externos do Tribunal.

A Diseg/Setseg (Setor de Segurança) realizou, antes da inauguração do sis-

tema, três testes que serviram para avaliar a operacionalidade. Foi verificada a necessidade de modificar a calibragem de sensibilidade dos detectores, que estavam muito sensíveis a pequenos objetos metálicos. Segundo Agnaldo Dias, com os testes, foi possível avaliar que o detector de metal, dentro daquela percepção, de um número alto de fluxo de pessoas, e a falta de um aparelho de raios X, poderia comprometer o gerenciamento do sistema e principalmente trazer desconforto para os usuários. “Decidimos deslocar os detectores de metais até que, oportunamente, possamos, em uma condição mais favorável, retornar com eles ao projeto inicial”, completa o Diretor.

Eles serão aproveitados em outros setores e segmentos. “Em grandes eventos no Tribunal – que exigem maior segurança –, em audiências, nas sessões do Pleno. Dependendo do tipo de programação, estaremos utilizando aqueles equipamentos com esse propósito”, conclui Agnaldo Dias.



## Conhecendo o Tribunal

# Fique por dentro do funcionamento da Secretaria de Informática

A Secretaria de Informática (Secin) tem como objetivo coordenar as atividades inerentes à tecnologia da informação no Tribunal, Seções e Subseções Judiciárias de toda a Primeira Região, visando ao atendimento das necessidades de informação dos níveis decisório, intermediário e operacional. Ela possui, atualmente, uma subsecretaria e cinco divisões que a auxiliam no desenvolvimento dos trabalhos. São elas: Subsecretaria de Sistemas (Susis), Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Disis), Divisão de Atendimento ao Usuário (Diatu), Divisão de Estatística (Diest), Divisão de Planejamento e Teleprocessamento (Ditel) e Divisão de Produção (Divip). A Divisão de Desenvolvimento Organizacional (Didor), que no organograma integra a Secin, na prática está sob coordenação da Diretoria-Geral, devido à característica de O&M/Organização e Métodos de suas atividades.

A escassez de recursos humanos e financeiros são alguns dos obstáculos enfrentados pela Informática do Tribunal para melhor desenvolver as atividades. Mas, mesmo com dificuldades, a Secin realiza trabalhos de grande relevância para o Judiciário. “O JEF Virtual é um destaque, principalmente pela importância e atenção que ele dá aos cidadãos carentes. A Execução Fiscal Virtual é uma evolução do JEF Virtual. Sanou as deficiências que o JEF tinha. A transmissão de julgamento ao vivo foi um projeto muito bem

recebido pela Secin, e a Centralização das Informações do Tribunal é um desafio muito grande e inédito na Justiça”, afirma Marcos Barbosa, diretor da Secin.

Outros importantes trabalhos realizados pela Secin são: o Gabinete Virtual, que permite aos desembargadores, juízes e servidores acessarem os recursos disponíveis no ambiente do TRF; Seções e Subseções de qualquer lugar do mundo por meio de um acesso comum à Internet; o *software* livre, programa que permite aos usuários a execução, cópia, distribuição, modificação

ou aperfeiçoamento de seu conteúdo. As duas novas subseções, já instaladas neste ano, Passos/MG e Caxias/MA, possuem todas as estações de trabalho e o servidor local apenas com *softwares* livres, e as demais 32 subseções a serem instaladas neste ano seguirão o mesmo modelo; a implantação do rol de culpados da Primeira Região, que alimentará automaticamente o Rol Nacional de Culpados do Conselho de Justiça Federal; entre outros.

Conheça a função de cada uma das divisões da secretaria:

**Sector de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Administrativos (Setsad):** responsável pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas administrativos, tanto do TRF quanto das Seções e Subseções Judiciárias de toda a Primeira Região. Tem as mesmas atribuições da Disis, sendo, também, responsável pelo desenvolvimento do *site* do TRF. Este setor recebeu autonomia total para gerenciar os sistemas administrativos, o que propiciou maior atenção à área judicial, devido à liberação da Disis dos sistemas administrativos, e, principalmente, maior apoio à área administrativa, que era tão carente de atenção gerencial.

Coordenador: Mário de Sena Braga Júnior.



O Diretor da Secretaria de Informática, Marcos Barbosa, e os coordenadores das divisões e subsecretarias da Secin

**Divisão de Estatística (Diest):** coordena as atividades relativas à obtenção, centralização, tratamento e análise das informações estatísticas, processuais ou administrativas, no âmbito do Tribunal e das respectivas Seções e Subseções Judiciárias, visando à divulgação das atividades jurisdicionais e administrativas da Primeira Região, subsidiando as ações gerenciais.

Coordenador: Ricardo Paulo Tomaz.

**Subsecretaria de Sistemas (Susis):** originalmente responsável pela coordenação da área de desenvolvimento de sistemas (Disis, Setsad e Diest), passou a coordenar, há muitos anos, as atividades da área de tecnologia, ou seja, a Divip, Ditel e Diatu, que requerem uma integração muito grande para que todos os sistemas e equipamentos funcionem a contento, de forma harmoniosa.

Coordenador: Eugênio Freire Garcia.

**Divisão de Atendimento ao Usuário (Diatu):** coordena o atendimento aos usuários dos sistemas informatizados e dos equipamentos de informática referentes às estações de trabalho do Tribunal, visando ao perfeito funcionamento e utilização de equipamentos, sistemas e aplicativos. Presta um atendimento de primeiro nível aos usuários do TRF e de segundo nível aos usuários das Seções e Subseções. Em relação aos usuários externos à Justiça Federal, compete à Diatu realizar atendimentos às solicitações dos usuários dos sistemas disponíveis à sociedade, principalmente via internet.

Coordenador: Humberto José Xavier.

**Divisão de Planejamento e Teleprocessamento (Ditel):** planeja, dirige, organiza, orienta, controla e avalia as atividades referentes às redes de comunicação de dados, internas e externas, da Justiça Federal da Primeira Região, com o fim de armazenar, recuperar e processar as informações digitais.

Coordenadora: Sonia Regina Paiva Matte.

**Divisão de Produção (Divip):** coordena as atividades de instalação e manutenção de equipamentos servidores e *softwares* corporativos de informática, visando à disponibilidade e perenidade das informações digitais, além do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Coordenador: Janderson Casado de Vasconcelos Santos.

### Relação de projetos, responsáveis, e-mails e ramais da Secin

SECRETARIA DE INFORMÁTICA						
SETOR	DIRETOR	NOME	E-MAIL	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	RAMAL
Secin	Marcos Barbosa	<a href="mailto:secin@trf1.gov.br">secin@trf1.gov.br</a>		Secretaria	Diretor	358
Disis	Gustavo Sanches	<a href="mailto:disis.judiciais@trf1.gov.br">disis.judiciais@trf1.gov.br</a>		Divisão	Diretor	576
		<a href="mailto:disis.calculo@trf1.gov.br">disis.calculo@trf1.gov.br</a>		SNCJ – Sistema Nacional de Cálculo Judicial		
		<a href="mailto:disis.execucao@trf1.gov.br">disis.execucao@trf1.gov.br</a>		PJV-EF – Processo Judicial Virtual – Módulo Execução Fiscal		
		<a href="mailto:disis.jefvirtual@trf1.gov.br">disis.jefvirtual@trf1.gov.br</a>		PJV-JEF – Processo Judicial Virtual – Módulo JEF		
		<a href="mailto:disis.juris@trf1.gov.br">disis.juris@trf1.gov.br</a>		JURIS – Sistema de Acompanhamento Processual de Segundo Grau		
		<a href="mailto:disis.precatorio@trf1.gov.br">disis.precatorio@trf1.gov.br</a>		PRECATÓRIO – Sistema de Precatório		
Setsad	Mário Braga	<a href="mailto:disis.processual@trf1.gov.br">disis.processual@trf1.gov.br</a>		PROCESSUAL – Sistema de Acompanhamento Processual de Primeiro Grau	Diretor	749
		<a href="mailto:disis.setoriais@trf1.gov.br">disis.setoriais@trf1.gov.br</a>		SETORIAIS – Envio eletrônico, Jurisprudência, Catalogador Virtual de Sentenças, e-Proc, SISDOC-DIVAF, SISDOC-COGER, Digitalização de Documentos, ConviaEx.		
		<a href="mailto:disis.siget@trf1.gov.br">disis.siget@trf1.gov.br</a>		SIGET – Sistema Gerenciador Eletrônico de Textos		
		<a href="mailto:disis.administrativos@trf1.gov.br">disis.administrativos@trf1.gov.br</a>		Sector		
		<a href="mailto:disis.conjufo@trf1.gov.br">disis.conjufo@trf1.gov.br</a>		CONJUFES – Sistema de Administração de Concursos para Juizes Federais		
		<a href="mailto:disis.folha@trf1.gov.br">disis.folha@trf1.gov.br</a>		SARH-FOLHA – Sistema de Administração de Recursos Humanos – Módulo Folha de Pagamento		
		<a href="mailto:disis.internet@trf1.gov.br">disis.internet@trf1.gov.br</a> ou <a href="mailto:internet@trf1.gov.br">internet@trf1.gov.br</a> ou <a href="mailto:intranet@trf1.gov.br">intranet@trf1.gov.br</a>		INTERNET – Saites internet e intranet para usuários internos.		
		<a href="mailto:webmaster@trf1.gov.br">webmaster@trf1.gov.br</a>		INTERNET – Saites internet para usuários externos.		
		<a href="mailto:disis.prosocial@trf1.gov.br">disis.prosocial@trf1.gov.br</a>		PROSOCIAL – Sistema de Assistência aos Servidores		
		<a href="mailto:disis.sarh@trf1.gov.br">disis.sarh@trf1.gov.br</a>		SARH – Sistema de Administração de Recursos Humanos		
Susis	Eugênio Freire	<a href="mailto:disis.siate@trf1.gov.br">disis.siate@trf1.gov.br</a>		SIATE – Sistema de Atendimento ao Usuário	Diretor	615
		<a href="mailto:disis.sicam@trf1.gov.br">disis.sicam@trf1.gov.br</a>		SICAM – Sistema de Administração de Material		
		<a href="mailto:disis.sirec@trf1.gov.br">disis.sirec@trf1.gov.br</a>		SIREC – Sistema de Recebimento e Envio de Correspondências		
		<a href="mailto:disis.sispra@trf1.gov.br">disis.sispra@trf1.gov.br</a>		SISPRÁ – Sistema de Processos Administrativos		
		<a href="mailto:disis.susis@trf1.gov.br">disis.susis@trf1.gov.br</a>		Subsecretaria		
Divip	Janderson Casado	<a href="mailto:divip@trf1.gov.br">divip@trf1.gov.br</a>		Divisão	Diretor	468
Ditel	Sônia Matte	<a href="mailto:ditel@trf1.gov.br">ditel@trf1.gov.br</a>		Divisão	Diretor	206
Diatu	Humberto Xavier	<a href="mailto:diatu@trf1.gov.br">diatu@trf1.gov.br</a>		Divisão	Diretor	250
Diest	Ricardo Tomaz	<a href="mailto:diest@trf1.gov.br">diest@trf1.gov.br</a>		Divisão	Diretor	192

A Secin solicita que todo contato com a área de Informática seja feito por meio da Diatu, que agiliza o atendimento, respondendo de imediato aos magistrados, servidores e terceirizados ou direcionando, com precisão, o chamado para o setor competente na Secin. Mesmo redirecionando o chamado para outro setor, a Diatu é responsável por acompanhar o atendimento e dar o retorno aos requisitantes.

**Para solicitar algum serviço da Informática, deve-se utilizar, preferencialmente, o Siate, ou discar #2 no ramal, internamente. Externamente, deve-se utilizar o telefone (61) 314-5250.**





# Seções Judiciárias

\*Matérias enviadas pelas Seccionais

## Piauí

### Seccional com nova direção

No dia 13 de maio, assumiu a Direção do Foro e os trabalhos de correção permanente da Justiça Federal de 1º Grau da Seção Judiciária do Estado do Piauí, para um mandato de um ano, o Juiz Federal da 2ª Vara, Márcio Braga Magalhães, com o objetivo precípuo de facilitar o acesso da população à Justiça Federal do Piauí, que tem hoje 33.350 mil processos em tramitação. Márcio Braga Magalhães é natural de Fortaleza, cidade em que cursou o bacharelado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal do Ceará. É Mestre em Direi-

to Constitucional pela mesma instituição de ensino superior. Exerceu a advocacia no período de 1991 a 1998, sendo que, no período de julho de 1994 a setembro de 1998, exerceu o cargo de Procurador do Banco Central do Brasil. Em 30 de setembro de 1998, ingressou na magistratura federal, no cargo de Juiz Federal Substituto da 1ª Região. Na Seção Judiciária do Piauí, exerceu o cargo de Juiz Federal Substituto da 4ª Vara (especializada em execuções fiscais), e da 6ª Vara Federal (Juizados Especiais Federais). Atualmente, responde pela titularidade plena da 2ª Vara Federal. Durante sua gestão à frente dos Juizados, foi o primeiro a levantar a bandeira do Juizado Especial Federal itinerante. Realizou o JEF itinerante previdenciário em três municípios piauienses: São Raimundo Nonato, Parnaíba e Bom Jesus, com mais de mil atendimentos em cada um deles, contribuindo com este trabalho ao acesso das camadas sociais menos favorecidas à Justiça Federal, e ao restabelecimento da dignidade de muitos que, até então, sequer tinham o privilégio de buscar seu direito. A solenidade de posse do novo Diretor do Foro foi muito concorrida e contou com a presença de renomadas autoridades do meio jurídico piauiense e, também, do vizinho Estado do Ceará. Márcio Magalhães substituiu o Juiz Federal Clodomir Sebastião Reis, que administrou a Justiça Federal no Piauí de maio de 2004 a maio deste ano.



Mesa de honra durante a solenidade de posse

## Amapá

### Seção Judiciária tem novo diretor

Aconteceu no dia 09 de maio, às 10h30min, no auditório da Seccional, a posse do Juiz Márcio Barbosa Maia como novo diretor da Seção Judiciária do Amapá. Participaram do evento servidores, magistrados, entre outros. O diretor administrativo José Ivo Casimiro falou em nome dos servidores, parabenizando o empossado e externando votos de que seja dada continuidade ao trabalho dos antecessores. Em seu discurso, o servidor ainda fez agradecimentos ao Juiz Federal Anselmo Gonçalves pela brilhante administração frente à direção do Foro. As demais honrarias ao juiz empossado foram apresentadas pelo seu antecessor, Juiz Anselmo Gonçalves da Silva, que fez questão de ressaltar a importância da transparência dos atos da direção do Foro. “Muito contribui para denegrir a imagem de uma instituição o mau uso do dinheiro público, a atuação do administrador ímprobo que não zela pela transparência e licitude de seus atos”, concluiu o magistrado. O empossado, por sua vez, declarou a preocupação em assumir a titularidade da casa, em face do ônus que representa administrar uma seccional, porém expressou seu contentamento em fazê-lo, por gostar da área administrativa.



Juiz Federal Márcio Barbosa, novo diretor do Foro

## Acre

### Transmissão de cargo de diretor do Foro

No dia 23 de maio, o Juiz Federal da 3ª Vara, Iran Esmeraldo Leite, foi empossado como Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Acre, com mandato até maio de 2006.

A solenidade de transmissão do cargo ocorreu no auditório da Seccional, sendo prestigiada pelos Juizes David Wilson de Abreu Pardo e Jair Araújo Facundes, pelos servidores da Casa, advogados e pela esposa do empossado.

O novo Diretor do Foro, antes de assumir a titularidade da 3ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Acre, exerceu a função de Juiz Federal Substituto da Seccional da Bahia.



Assinatura do termo de posse

## Rondônia

### Justiça Federal em Rondônia tem novo diretor

Foi empossado, no cargo de Diretor do Foro da Seção Judiciária de Rondônia, o Juiz Federal José Humberto Ferreira, titular da 3ª Vara, que sucedeu ao Juiz Federal da 4ª Vara, Francisco Martins Ferreira. Na foto, o momento da assinatura do termo de posse.

Logo na semana seguinte a sua posse, no dia 11 de maio, o Juiz Federal José Humberto Ferreira ministrou aula a 75 soldados lotados na 17ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Porto Velho, como parte do Projeto Soldado Cidadão. O título da palestra foi “Justiça: um passo para a cidadania”.

**Turma Recursal** – Em sessão realizada no dia 2 de junho, a Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais julgou 489 ações,

Foto: Waldimery Rezende



José Humberto Ferreira assina termo de posse ao lado do ex-diretor Francisco Martins Ferreira

a maior parte relativa aos 28,86%. Além disso, 49 processos (matéria: 3,17%) tiveram julgamento monocrático. Participaram os Juizes Federais Mark Yshida Brandão, Pedro Francisco da Silva e Jair Araújo Facundes, estes dois últimos, magistrados da Seção Judiciária do Acre.

## Tocantins

### Aniversário da Seccional

No dia 4 de maio de 2005, às 18h, aconteceu a solenidade de comemoração do 13º aniversário da Seção Judiciária do Estado do Tocantins e a inauguração da sala de sessões da Turma Recursal do órgão, a qual levou o nome da Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida. A solenidade contou com presença da Corregedora-Geral da Justiça Federal da 1ª Região, Assusete Magalhães, da Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, de juizes federais do Tocantins e demais autoridades locais. Durante a solenidade, realizou-se a entrega aos servidores dos botões de lapela e diplomas em homenagem aos 10 anos de serviços prestados à Justiça Federal da 1ª Região, a apresentação de reportagem sobre o Juizado Especial Federal itinerante na região do Jalapão, além de inauguração da sala de sessões da Turma Recursal, com rompimento da fita e descerramento da fotografia e placa. Em comemoração do aniversário da Seccional, a Diretoria do Foro promoveu, nos dias 5 e 6 de maio, a V Jornada Jurídica da Justiça Federal.

Foto: Iracele Barros Leite



Corregedora-Geral Assusete Magalhães e o Diretor do Foro Marcelo Albernaz, no coquetel de comemoração do 13º aniversário da Seccional

## Roraima

### Itinerante do Baixo Rio Branco foi sucesso

Em ação conjunta inédita, a Justiça Federal, o Sebrae/RR, Exército, Governo do Estado, a Aeronáutica, o INSS e Senai promoveram a operação Justiça e Cidadania na região do Baixo Rio Branco, no período de 11 a 17 de abril. Foram seis meses de planejamento para atender às comunidades com população estimada em duas mil pessoas. O Exército transportou os equipamentos em caminhões até o porto de Caracará (região central do Estado). Lá, parte da equipe do Exército e do Sebrae embarcou no “Princesa Maysa”, barco com capacidade para 35 passageiros. De lá, seguiram para a localidade de Santa Maria do Boiaçu, às margens do Rio Branco, onde encontraram os demais participantes, que chegaram em aviões monomotores. Permaneceram em Santa Maria nos dias 11 e 12. Depois, seguiram, de barco, para Terra Preta (dia 13) e Cachoeirinha (dia 14). O acesso a Caicubi (dia 15) e a Floresta – já no Rio Negro, na fronteira com o Amazonas – (dia 16) somente foi possível em helicóptero do Exército, para 26 pessoas. A Justiça Federal fez 258 atendimentos, com mais de R\$ 320 mil em benefícios concedidos na área previdenciária. A maior parte desse dinheiro foi para pagamento de salário-maternidade. O retorno ocorreu em aviões monomotores da FAB e do Governo de Roraima, no domingo, 17.

Foto: Sargento Lewisky



A equipe prepara-se para o voo de helicóptero em direção a Caicubi



## Minas Gerais

### Vara previdenciária inaugura serviço de auto-atendimento

Foto: Fernanda Castro de Oliveira



A juntada de documentos ao processo corresponde à maior parcela do expediente das varas federais, principalmente daquelas especializadas em matéria previdenciária, onde há excessivo volume de petições. Servidores levam quase todo o dia para localizar, no sistema informatizado e no espaço físico das secretarias, os processos que receberão as inúmeras petições cadastradas na Seção de Protocolo. Somente após o minucioso trabalho, esses documentos podem ser encartados aos autos.

Na 28ª Vara de Minas Gerais, boa parte dessa rotina já pertence ao passado – pelo menos, no que se refere às petições a serem juntadas nos processos com vista às partes. Desde o dia 14 de março deste ano, a unidade implantou o Serviço de Auto-Atendimento para protocolização de qualquer documento que se tornará peça de autos processuais, tais como petições, recursos, laudos periciais, cálculos, etc. – com exceção das petições iniciais. A portaria n. 01/2005 da 28ª Vara Federal informa que apenas os documentos a serem incluídos em processos acessíveis às partes podem ser objeto do novo serviço de auto-atendimento. “A nossa pretensão é otimizar e racionalizar o serviço, propiciando mais celeridade na tramitação processual sem desconsiderar nossa exigüidade de recursos humanos. Mas este é apenas um passo” – explica a juíza Cláudia Maria Resende Neves Guimarães, titular da Vara.

**Auto-atendimento beneficia as partes e racionaliza o trabalho nas varas federais**

## Mato Grosso

### Comemoração do dia das mães

Com a palestra “Como falar sobre sexualidade com seus filhos”, a Direção do Foro de Mato Grosso e o Comitê do PGQVT – Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – prestaram homenagem às mães da Seccional mato-grossense no dia 6 de maio.

A palestra, proferida por Rosana Andrade Schneider – esposa do Juiz Federal Jeferson Schneider –, que é Psicóloga, Terapeuta Sexual, Especialista em Comportamento Humano nas Organizações, foi assistida por magistrados e servidores. Abordando um tema tão importante desde os primórdios e sempre muito atual, a palestrante mostrou, com profundo conhecimento, os diversos aspectos técnico-científicos do assunto, fazendo esclarecimentos da necessidade do diálogo orientador e natural que as crianças precisam ter para serem adultos completos, sem traumas.

Foto: Gésner Braga



**A Coordenadora de Execução e Precatórios, Leila Peixoto, ministra treinamento a servidores da Bahia**

Foto: Marisa Fernandes



**Juízes e servidores saboreiam o lanche oferecido pelo PGQVT**

Após palestra, que aconteceu no espaço improvisado do mezanino da Seccional, onde funcionam os Núcleos de Administração e de Controle Interno, houve um lanche oferecido pelo PGQVT e sorteios de brindes; com destaque, as telas oferecidas pelas artistas da casa, Maria Regina e Maria Luíza, Diretoras da 2ª e da 4ª Vara, respectivamente.

## Bahia

### Treinamento para expedição de precatórios e RPV é realizado em Salvador e em Ilhéus

A Coordenadora de Execução e Precatórios do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Leila Maria Moreira Peixoto, esteve nas sedes da Seção Judiciária da Bahia e da Subseção Judiciária de Ilhéus para realização de treinamento sobre expedição de precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs), promovido pela Secretaria Administrativa da Seccional baiana. O treinamento foi dirigido aos servidores e ministrado em Salvador nos dias 18 e 19 de maio. Em Ilhéus, foi realizado no dia 22 do mesmo mês e contou com a participação do Coordenador daquela Subseção, Juiz Federal Pedro Holliday.

## Amazonas

### III Jornada jurídica e lançamento do 4º número da revista Circulus

Três palestras foram ministradas por ocasião da III Jornada Jurídica da Seção Judiciária do Amazonas, cujo tema principal foi “Juizado Especial Federal”, no dia 15 de abril. Além de autoridades, servidores, prestadores de serviço e estagiários da Seccional, assistiram às palestras acadêmicos dos cursos de Direito das faculdades da cidade de Manaus. Registrou-se o total de 141 presentes.

Foram os palestrantes desta edição: o Procurador da República no Amazonas, Leonardo Almeida Côrtes de Carvalho, que ministrou a palestra “Aspectos Processuais da Transação Penal nos Juizados Especiais Federais”; a Diretora da 1ª Vara em exercício, Luciana Gonçalves Bittencourt, que tratou do tema “Peculiaridades da Lei 10.259/2001 na 1ª Região”; e a Diretora do Foro Maria Lúcia Gomes de Souza, que falou sobre “Passado, Presente e Futuro da Turma Recursal AM/RR”.

Foto: Glauber Felipe Santos e Santos



**Autoridades e acadêmicos das faculdades de Direito de Manaus prestigiam a III Jornada Jurídica da Seccional do Amazonas**

A Jornada Jurídica é uma iniciativa da Diretoria do Foro e tem como principal objetivo levar o público acadêmico de Direito à Seccional. O evento abre espaço para o debate científico, sendo um meio de divulgação e troca de idéias de pensadores do Direito, constituindo-se em oportunidade de aproximação do Poder Judiciário Federal com a comunidade em geral.

Durante o evento, o quarto número da revista *Circulus* foi lançado oficialmente. Paulo Henrique Silva Esperança, servidor que possui artigo publicado neste número, fez um resumo das seções presentes na publicação periódica.

## Uberlândia / MG

### Inspeção judicial na BR 365

O Juiz Federal Titular da 2ª Vara e Coordenador da Subseção, Alexandre Jorge Fontes Laranjeira, realizou, no dia 16 de maio, inspeção judicial no trecho Uberlândia/Ituiutaba da BR 365, acompanhado do Procurador da República em Uberlândia, Cléber Eustáquio Neves, do Supervisor da Unidade C-13 do DNIT, João Andréa Molinero Júnior, e do Engenheiro Civil do 11º Batalhão de Engenharia e Construção (BECnst), Inácio Marcelo Gonçalves – que atuou como Perito Auxiliar do Juízo -, com a finalidade de verificar a real situação da rodovia antes de decidir a ação civil pública proposta pelo MPF, e atender à solicitação de seis prefeitos da região. A reinstalação de balanças, a recuperação da pista com um simples tapaburacos e um projeto de restauração são medidas paliativas imprescindíveis ao local.

Na oportunidade, o Juiz Federal percorreu parte da rodovia, que foi fotografada por ele com o objetivo de instruir a ação civil pública. A imprensa local registrou todo o percurso e divulgou, via televisão e jornal, o estado precário da BR. Tal iniciativa foi relevante e mobilizou bastante a opinião pública da cidade de Uberlândia e das cidades vizinhas.

Foto: Márcia Elizabeth dos Santos



**Alexandre Laranjeira (Juiz Federal da 2ª Vara), Cléber Eustáquio (Procurador da República), Inácio Gonçalves (Engº do 11º BECnst) e João Andréa Molinero (Supervisor do DNIT)**

### CEF promove bate papo e coffee break com servidores

Foi realizado no dia 05 de maio, às 18h, na sala de lanche dos funcionários da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG, um momento de bate papo patrocinado pela Caixa Econômica Federal (CEF), agência Justiça Federal, seguido de um farto *coffee break* e sorteio de brindes. O evento teve por objetivo reforçar e estreitar o relacionamento da CEF com os magistrados, servidores e demais usuários da Subseção, tendo a participação do Juiz coordenador do órgão, Alexandre Jorge Fontes Laranjeira, da Superintendente da CEF, Bernadete Maria Pinheiro Coury, do Gerente de Mercado da CEF em Uberlândia, Sérgio Bizinoto, do Gerente da Agência Justiça Federal, Edmar de Oliveira, do Procurador da República, Cléber Eustáquio Neves, dos três diretores de secretaria, de servidores da Casa, da Procuradoria da República, da OAB, funcionários terceirizados, estagiários e demais funcionários da CEF.





## Campanha de vacinação contra a gripe

Nos dias 13, 14 e 15 de abril, o TRF da 1ª Região esteve em campanha contra a gripe. Realizadas desde 1999, esta foi a sétima campanha coordenada pelo Serviço Médico contra a doença.

Foram compradas 800 vacinas para atender a 560 inscritos. Cerca de 26 magistrados e 591 servidores tomaram a vacina contra o vírus da gripe; e, no dia 15, 175 estagiários e prestadores de serviço também se vacinaram.

O objetivo da campanha foi diminuir as faltas ao trabalho por motivo de gripe e melhorar a qualidade de vida de magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço. Segundo Rosane Carvalho, responsável pela área administrativa da enfermagem, a diminuição de licenças médicas por causa do vírus da gripe baixou, consideravelmente, depois de iniciadas as campanhas. “Hoje recebemos apenas 10% de atestados por conta da gripe”, concluiu ela.



Servidor recebe vacina contra gripe

## Decisões do TRF-1ª Região



### Suspensão Execução do Projeto “Justiça sem Papel” desenvolvido pelo Ministério da Justiça

O Desembargador Federal Antônio Souza Prudente suspendeu a execução do projeto denominado “Justiça sem Papel”, resultante de parceria firmada entre o Ministério da Justiça, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a empresa Souza Cruz S.A., por meio de termo de cooperação técnica e financeira. A decisão foi assinada no dia 12 de maio, à noite, e acatou o recurso formulado pelo Ministério Público da União contra decisão da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

O Projeto “Justiça sem papel” tem por objetivo a modernização gerencial e o estímulo a uso de tecnologia no Judiciário, mas, para o Desembargador Federal Souza Prudente, “o Poder Judiciário, no cumprimento de sua grandiosa missão constitucional de tutelar direitos, há de portar-se, no meio social, com eficiência e moralidade, independência e honradez, na oportuna e eficaz distribuição da Justiça, evitando sempre a receptação de ‘oferendas’ financeiras do setor privado, ainda que se lhe apresentem com a máscara dos propósitos mais nobres e socialmente justificáveis, a não revelar a real intenção de ‘caridosos doadores’, no arranjado convívio com os operadores da Justiça”.

Segundo o magistrado, é inadmissível aceitar qualquer ajuda, “benesse” ou doação de empresas privadas ao Poder Judiciário, fora das comportas orçamentárias exclusivas do erário público, como quer e determina a Constituição, principalmente de uma empresa cuja atividade se afigura manifestamente atentatória à manutenção do equilíbrio ecológico, que, para o Desembargador Federal, há de ser defendida e preservada pela ação eficiente do Poder Público (inclusive do Poder Judiciário) e de toda coletividade.

Ao concluir sua decisão, o Desembargador Federal Souza Prudente afirma que o almejado projeto “Justiça sem Papel” não deve envolver-se em parcerias espúrias, moralmente reprováveis e constitucionalmente repudiadas a ponto de comprometer o bom nome, a moralidade e o grandioso “Papel da Justiça”, garantido e consagrado pelos comandos da legalidade e da Constituição da República Federativa do Brasil.

Com a decisão, o projeto “Justiça sem papel” ficará suspenso até o pronunciamento definitivo da 6ª Turma.

### Menos autonomia a enfermeiros para prescrição de medicamentos

O Desembargador Federal Presidente Aloísio Palmeira proferiu decisão favorável ao Conselho Federal de Medicina, que pediu a suspensão dos efeitos dos artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução n. 271/2002, expedida pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), que autorizava o profissional de enfermagem, no âmbito de programas de saúde pública e em rotinas aprovadas em instituições de saúde públicas ou privadas, a prescrever medicamentos, escolher as respectivas posologias, solicitar exames de rotina e complementares e diagnosticar e solucionar problemas de saúde detectados; visto que os artigos do Cofen desatendem às atribuições previstas no artigo 5º da Constituição, caracterizando lesão à ordem jurídica e administrativa.

Entendeu o Desembargador Presidente que a autorização legal aos enfermeiros deve limitar-se à consulta de enfermagem e à prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde, conforme previsto na Lei n. 7.498/86 e no Decreto n. 94.406/87. Segundo compreensão do Presidente, a ausência de segurança e eficácia no tratamento decorrente da falta de qualificação profissional do enfermeiro pode acarretar lesão mais grave à saúde pública do que um diminuto quadro de atendimento, porque atenta diretamente contra a vida. Alertou o desembargador para o fato de que a data da resolução do Conselho Nacional de Educação, ampliando o currículo dos profissionais de enfermagem – 2001 –, que embasou a resolução de 2002, não autorizaria profissionais que atuam hoje a exercer as atribuições acrescentadas pela resolução do Cofen, uma vez que somente passou a vigorar em novembro de 2002.

Agravo Regimental em SS 2004.01.00.035690-0



## Animação e diversão na Festa do Prodentinho 2005

No dia 08 de abril, o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT) realizou a festa de abertura da 22ª e da 23ª Campanha de Prevenção à Cárie Infantil.

Durante o período das 9h30 às 12h e das 15h30 às 18h, filhos de magistrados, servidores, **estagiários e prestadores de serviços puderam desfrutar** de diversas atividades lúdicas: oficina de desenho, videoteca com fitas educativas, espaço reservado para jogos, pintura no rosto, bolamania e piscina de bolinhas, além de uma oficina para a confecção de bonecos de vara.

Na ocasião, o Diretor-Geral Washington Ribeiro desejou boas-vindas às crianças e incentivou a correta higienização bucal.

A servidora da Casa, lotada na 7ª Turma, Neslita da Costa Silva trouxe o filho Rodrigo para participar da festa e acredita que iniciativas como esta promovem o bem-estar infantil, transformando a aprendizagem em uma grande brincadeira. “Por meio da Campanha de Prevenção à Cárie Infantil, as crianças aprendem a importância dos cuidados com a saúde bucal, desde cedo”.

Logo após, o grupo Bagagem e Cia, de teatrinho de bonecos, apresentou a peça infantil “As aventuras do Prodentinho e seu amigo Bob Esponja”. O sucesso entre as crianças foi garantido!

Luma de Araújo Bessa, seis anos, filha da servidora do TRF-1ª Região Mara Lúcia Martins de Araújo Bessa, aproveitou cada minuto da festa. “Gostei de tudo, principalmente do teatrinho e da oficina de massinha”, afirmou.

O Grupo Batacudeiros apresentou um espetáculo de percussão corporal, e os palhaços Doutores do Sorriso e os personagens Senhor Fio Dental e Superescova foram responsáveis por animar a festa da criançada.







## Redefinição de competência das varas federais

Como diminuir o peso ou a quantidade de processos por juiz, otimizando qualitativa e quantitativamente a prestação jurisdicional, do ponto de vista da celeridade? A comissão encarregada de estudar a redefinição de competência das varas federais, no âmbito da 1ª Região, acaba de concluir a primeira parte dos trabalhos e tem a resposta. A solução passa, segundo o grupo, pelo agrupamento temático das matérias atribuídas às varas.

Em entrevista à Revista Destaque, o Juiz Federal Charles Renaud Frazão explicou que, nos últimos três meses, os cinco magistrados encarregados de estudar a matéria analisaram dados das 17 varas de competência geral da Seção Judiciária do Distrito Federal. A SJDF pode ser a primeira a redefinir a competência das varas, de acordo com a proposta inicial apresentada pela Ajufer ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Segundo ele, Brasília tem uma seção judiciária com características diferenciadas das demais por se tratar da sede da Administração Federal; principalmente no que tange às demandas. “Por isso foi necessário realizar um estudo específico. Posteriormente, o caso de cada estado que faz parte da jurisdição poderá ser analisado de acordo com suas peculiaridades”, explicou.

**Interesse** – Outros estados estão interessados na redefinição de competência das varas federais. Segundo o Juiz Charles Moraes, durante os estudos realizados na SJDF, a Comissão recebeu manifestações de interesse, que “apesar de não-oficiais, já dão uma noção da viabilidade de aplicação da proposta em outras seções judiciárias”.

**Apresentação dos resultados** – Todas as informações le-

vantadas e consideradas na elaboração do modelo de redefinição de competência das 17 varas de competência não-especializada do DF, já entregues à Presidente da Ajufer, Juíza Solange Salgado, estão sendo encaminhadas ao Presidente do TRF-1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira. A proposta deverá ser levada à apreciação do colegiado de desembargadores. Só depois de aprovada, a redefinição poderá ser executada na prática.

**Proposta** – A comissão sugere, no relatório final dos estudos, a redefinição da competência das varas em cinco áreas de concentração temática. São elas: Tributário; Servidor Público, Licitação e Contratos; Ensino Superior; Administração e Proteção ao Patrimônio Público; e Cível. Essas áreas deverão receber 49% das ações que hoje são direcionadas para as 17 varas de competência não-especializadas. Segundo a comissão, as demais ações (51%), que representam demandas relacionadas à FGTS, execução, embargos, incidentes processuais e cartas cíveis, não serão direcionadas para as varas especializadas, por serem questões menos complexas.

Ainda de acordo com os juízes que elaboraram o estudo, não há probabilidade de descompasso entre um juiz ou outro em virtude do universo de ações ao qual estará submetido, após a redefinição de competência. “Criamos uma equação para mostrar qual área pesa mais”, explicou o juiz Charles Moraes.

Sendo aprovada a proposta, a próxima tarefa será realizar um levantamento dos processos que cabem em cada área de concentração temática. A idéia é facultar aos juízes (primeiro aos titulares, depois aos substitutos) a escolha pela área de concentração.

## Presidenta da Ajufer discute com Renan Calheiros “Lei do Teto”

Em audiência com o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, no dia 19 de maio, a Juíza Federal Solange Salgado, Presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (Ajufer), tratou de dois importantes temas da atual agenda de discussões dos associados.

O primeiro diz respeito ao projeto de lei n. 4651/04 (Lei do Teto). A Ajufer apresentou, no encontro, os motivos que justificam a aprovação da matéria, bem como a expectativa da classe associativa neste sentido. O Senador Renan Calheiros informou que, no Senado, a perspectiva em relação à aprovação da matéria é positiva e sua tramitação não deverá sofrer entraves. A expectativa agora fica para a tramitação na Câmara, que também está sendo acompanhada pela Ajufer.

A Juíza Federal Solange Salgado apresentou ainda ao Presidente do Congresso a posição da Ajufer em relação à proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Pedro Simon

(PMDB/RS), que possibilita a aposentadoria compulsória no serviço público aos 75 anos “na forma de lei complementar”. Segundo a Presidente da Ajufer, “a proposta engessa a carreira dos magistrados, além de não trazer benefício ao Serviço Público”.

Já aprovada na CCJ, a PEC deverá ser submetida, agora, a dois turnos de votação. Há inclusive um esforço dentro do Senado para que a matéria seja encaminhada com urgência ao Plenário. O Senador Calheiros informou que estará recebendo o material para análise nos próximos dias.

Ao final do encontro, a Juíza Federal Solange Salgado explicou que a “entidade vai continuar mobilizada, mantendo contato com os senadores e com o próprio Presidente do Congresso, inclusive com o comparecimento a novas audiências”. Essa mobilização começou com os resultados da enquete sobre a posição dos associados referente à PEC do aumento de idade para a aposentadoria compulsória.



### Indígena condenado por homicídio

O indígena Pedro Paulino Seleiro Megias foi condenado, no dia 5 de maio, por um júri federal presidido pelo juiz Helder Girão Barreto, à pena de dez anos de reclusão, pelo assassinato de seu cunhado, também indígena, Cândido da Silva. O crime ocorreu no dia 31 de janeiro de 1991, na Nova Fazenda, localizada na Maloca do Boqueirão, município de Alto Alegre/RR. O Ministério Público Federal acusou Pedro Megias de matar Cândido da Silva com várias facadas, um tiro de espingarda e vários golpes de facão, quando o cunhado dormia numa rede. O réu alegou em sua defesa que a vítima batia em sua irmã e o ameaçara de morte.

Os jurados levaram em consideração a tese de relevância social e moral, considerando que Pedro defendera a irmã das agressões do marido. No entanto, também admitiram que Cândido ficou sem chances de defesa, além de o ato criminoso ter sido praticado com extrema violência. Ficou, por fim, decidido que, pelo bom comportamento, o réu poderá apelar da sentença em liberdade.



RORAIMA

### Interdição de avenida só com autorização da Infraero

Acatando parcialmente pedido do Ministério Público Federal, por meio de ação civil pública, de fim das atividades no Espaço Alternativo criado na Avenida Jorge Teixeira, em Porto Velho, o então juiz federal da 2ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia, Murilo Fernandes de Almeida, determinou que qualquer evento naquele local que exija a interdição do trânsito somente pode ser realizado com autorização da Infraero e da Base Aérea, mediante requisição do Município.

A sentença do magistrado já está em vigor, mas poderá ser reformada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília. Foram adotadas também duas outras determinações: o Estado de Rondônia deverá apresentar no prazo de 60 dias, em audiência pública, plano de ação para evitar e reprimir as diversas infrações penais e de trânsito que possam ocorrer naquela via pública, caso seja permitida sua utilização como área de lazer.

Além disso, a Rádio Rondônia FM não poderá realizar qualquer evento no Espaço Alternativo, principalmente no denominado “território demarcado”, sem autorização do Município de Porto Velho. Diz ainda o Juiz Federal: “Na hipótese de descumprimento do preceito, multa cominatória compatível e proporcional à responsabilidade determinada nesta sentença poderá ser fixada”.

Entendeu o Juiz que “alegar que a quantidade de pessoas que caminham, passeiam e se divertem no Espaço Alternativo é maior que o número de consumidores do Aeroporto Internacional de Porto Velho não justifica e nem resolve a questão, uma vez que põe de lado o fato de a Avenida Jorge Teixeira fazer parte do Plano de Emergência Aeroportuária em Aeródromos como via para evacuação médica (acesso ao Hospital de Base), e como tal não pode ser totalmente obstruída. O pouso e a decolagem de aeronaves envolve riscos, que não podem ser desprezados”.

### Condenados seis acusados de desviar dinheiro de contas bancárias pela Internet

Seis pessoas acusadas de desviar dinheiro de contas bancárias pela Internet, os chamados *hackers*, foram condenadas a penas que, somadas, atingem os 45 anos de prisão. A sentença condenatória foi prolatada pelo juiz federal Marcelo Cavalcante de Oliveira, da 4ª Vara Penal da Seção Judiciária do Pará. Os seis foram condenados por estelionato, pois criavam páginas falsas de bancos para desviar dinheiro de correntistas da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Eles também responderam pelo crime de formação de quadrilha, cuja base operacional estaria no município de Parauapebas, no sul do Pará.



PARÁ





**N** Na minha opinião

## Estou bem. Obrigada!

**Tatiana Montezuma**

Servidora do TRF-1ª Região

Quando acordei estava no quarto do hospital Santa Lúcia, sem entender nada. Já haviam se passado quase duas semanas após o acidente. O que estou fazendo aqui? Vi a minha mãe, Iolane, e a minha irmã, Isabella. Posteriormente, a irmã mais velha, Andréa, também cuidou de mim no hospital. Pensei: o que elas estão fazendo aqui? Moram no Rio Grande do Sul...

Soube, então, que havia me acidentado.

Onde? Na curva, que dá acesso à Ponte JK, logo após a QI 26, no Lago Sul em direção ao Plano Piloto. Quando já em recuperação em casa, soube que há erros de engenharia de trânsito no local, onde houve seis acidentes além do meu, conforme registro na 10ª DP, situada no Lago Sul. É preciso tomar cuidado ao transitar por esta curva.

Meu estado físico? Fraturas na vértebra C2 da coluna cervical e nos dois braços, duas feridas enormes na cabeça, contusão cerebral leve, hematomas por todo o corpo. O neurologista responsável pelo meu tratamento, Dr. Rodrigo Diniz, do hospital Santa Lúcia, me disse que quase “fui embora” e, por milímetros, a medula não havia sido atingida.

Bom, restava começar de novo. Havia tomado remédios fortíssimos, que, segundo os médicos, me fizeram esquecer – completamente e graças a Deus – o momento do acidente e os 14 dias posteriores. Não lembro de nada da UTI nem dos primeiros dias no quarto.

Pegar toda a minha crença no Pai Maior e lutar pela recuperação. Isso eu podia fazer. Pensava na minha filha, Cindy, acima de tudo. Havia perdido muito sangue – houve a necessidade de transfusão sanguínea logo após o acidente – e estava com anemia além de uma infecção.

Fui socorrida pelo Corpo de Bombeiros e levada para o Hospital de Base (Após o tratamento de emergência, fui encaminhada para o Hospital Santa Lúcia). Como os bombeiros aprendem a imobilizar o acidentado da forma correta, protegeram a minha coluna ao me socorrerem, o que foi fundamental para evitar conseqüências bem ruins. Hoje vejo os bombeiros de outra forma. Admiro o seu trabalho mais ainda do que antes.

No pronto-socorro do Hospital de Base, os médicos me salvaram. Foi onde começou tudo.

Meu irmão, Afonso, que já havia sido contactado, es-

tava no hospital, acompanhando tudo e tomando as providências necessárias junto ao TRF. No gabinete do desembargador Souza Prudente, onde trabalho, já sabiam do acidente e também estavam auxiliando da melhor forma possível. Agradeço a Deus por todo apoio que recebi de todos: Dr. Prudente e sua família, seus assessores e os colegas, do gabinete e do Tribunal.

Meus familiares, meu namorado, Antônio, os amigos sempre presentes: presentes do Céu!

Não posso deixar de mencionar a assistência que o departamento médico e o Pro-Social prestaram a mim e a minha família. Meus familiares solicitavam, em situação complexa, auxílio ao Pro-Social, e eram, imediatamente, atendidos. Eu recebi o tratamento ideal para o meu caso: foram nove dias na UTI, 22 dias hospitalizada. Tive de usar um aparelho – *Hallo Vest* – para manter a minha cabeça imobilizada, por três meses, para que a vértebra C2 calcificasse e no lugar certo. Dessa forma, eu voltaria a movimentar a cabeça novamente.

Após a internação, fui levada, de ambulância, para casa. Por causa do *Hallo Vest* não dava para andar de carro. Minha mãe, comigo o tempo inteiro. Ao chegar em casa, a surpresa para mim: o Pró-Social havia providenciado assistência hospitalar domiciliar. Três auxiliares de enfermagem se revezavam 24h ao meu lado. Elas me davam banho – estava com os dois braços quebrados além da vértebra do pescoço –, me davam comida na boca e os remédios, ou seja, me ajudavam no que fosse necessário. Além disso, havia uma fisioterapeuta, que me ajudou desenvolvendo um trabalho de fortalecimento dos meus músculos. Fazia exames periodicamente, mas o profissional do laboratório ia até a minha residência, e um médico, da empresa de atendimento domiciliar, fazia visitas regulares. Conteí, também, com assistência psicológica, em casa, além de outros serviços da área de saúde.

Enfim, recebi toda a assistência necessária para melhorar cada vez mais.

Agradeço a Deus pelo tratamento que recebi. Agradeço a todos pelo empenho, por tudo que fizeram por mim e pela minha família. Meu reconhecimento a cada médico do Tribunal e à direção do Pro-Social. Trabalhar em um local que nos protege em momentos tão difíceis é uma dádiva.

## Campo de futebol society recebe iluminação

Os associados da Assejufe, desde o dia 26 de abril, contam com mais uma opção de lazer no Centro de Treinamento da Justiça Federal. Com a instalação do sistema de iluminação do campo de futebol society, abre-se um novo espaço no horário noturno para atender, principalmente, a uma clientela de atletas eventuais. Campeonatos e torneios do clube também poderão ser realizados à noite. Uma opção a mais para aqueles que são apaixonados pelo esporte favorito do público masculino brasileiro – o futebol. O campo estará aberto todas as terças e quintas, das 19 às 21h, para os associados que não abrem mão da tradicional “pelada” depois do expediente, além de estar à disposição aos finais de semana.

De acordo com o Diretor de Esportes, Afrânio Alves, a proposta é priorizar o futebol informal. “Os atletas que costumam



Torneio realizado entre os associados marca inauguração do sistema de iluminação do campo society.

participar dos campeonatos oficiais já contam com o campo de dimensões oficiais destinado a competições”, afirmou.

Com a iniciativa, a associação vem atender a uma reivindicação antiga dos associados. “Os horários oferecidos estavam atendendo apenas a um pequeno grupo, e com essa opção podemos atender a um número maior de associados”.

Durante a inauguração do sistema de iluminação, a Assejufe ofereceu um coquetel aos associados e representantes do Banco do Brasil que prestigiaram a solenidade.



O Diretor de Recursos Humanos, Alex Amorim; o Presidente da Assejufe, Fernando Mello; o Diretor-Geral Washington Ribeiro e sua esposa, Sônia Maria; e a Diretora Social Maristela Resende

Criatividade e bom-humor na dose exata foi o que garantiu o sucesso da festa das mães realizada pela Associação dos Servidores da Justiça Federal (Assejufe) no dia 09 de maio, no salão social do Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe). Mais de duzentas pessoas participaram da festa, fantasiadas de diversos personagens do mundo do faz-de-conta, todos num clima de muita descontração.

O Diretor-Geral Washington Ribeiro fez questão de, caracterizado, prestigiar o evento, juntamente com o Diretor de Recursos Humanos, Alex Amorim, o Superintendente do Banco do Brasil, Ricardo Newman, e o Presidente da Assejufe, Fernando Antônio de Mendonça Mello Júnior.

Para a Diretora Social, responsável pela organização, Maristela

## Festa a fantasia para comemorar o dia das mães

Resende, a festa superou as expectativas. “Nós estávamos preparando uma festa a fantasia há muito tempo, e o momento não poderia ser melhor”, afirmou.

Os associados aprovaram a idéia. Para Kátia Soares Pires, servidora da Secbe, a festa estava muito boa e possibilitou conhecer o novo salão, reformado depois da construção do Centro de Treinamento; opinião compartilhada pela servidora e mãe de dois filhos, Luzia Maria César, da Secad, que sempre participa dos eventos promovidos pela Associação: “A festa está ótima, e a fantasia deu um toque diferente, fugiu à rotina”, declarou. Como não poderia deixar de ocorrer em eventos da Assejufe, para prestigiar ainda mais os associados que sempre participam dos eventos, foram sorteados brindes, que contemplaram cinco servidores do TRF e da Justiça Federal do DF.

**Mensagem** – Ainda em homenagem ao Dia das Mães, uma mensagem do Presidente Aloísio Palmeira Lima foi veiculada no Destaque Mensagem. O magistrado destacou o valor do papel materno conciliado com o de magistrada, de servidora, de estagiária e de prestadora de serviços.



## Curiosidades da 1ª Região

### Big Mother



A servidora do Tribunal Kátia Lopes e sua filha, Juliana Lopes, participante do Big Brother Brasil

“Foi fantástica, e fico orgulhosa!”. É assim que a servidora do Tribunal Kátia Lopes define a participação de sua filha, Juliana Lopes, na quarta edição do *Big Brother Brasil*, *reality show* exibido pela Rede Globo de Televisão.

Kátia, que trabalha no Gabinete do Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias há dez anos, diz que a primeira semana do programa foi complicada, pois houve uma confusão entre Juliana e outra participante, fato que a assustou muito. “Eu me perguntei: onde é que minha filha foi se meter? A vontade que deu foi de entrar na casa e tirá-la”, afirma Kátia. “Depois, ela foi conquistando o público, e passei a receber demonstrações de carinho e apoio de pessoas que eu nunca havia visto”, diz Kátia sobre a repercussão da presença de Juliana no *reality show*. “As pessoas me enviavam *e-mails*, me telefonavam, me paravam para me cumprimentar pelo exemplo de vida e de comportamento que a Juliana estava demonstrando!”, completa.

A mãe, orgulhosa, conta que deu força à iniciativa de Juliana de entrar no programa, mas acreditava que não iria dar certo. “Achei que aquilo fosse coisa para inglês ver”, disse Kátia após uma viagem à Miami, onde sua filha morava e havia elaborado uma fita de vídeo, enviada pela mãe à Rede

Globo. Não deu outra: Juliana foi selecionada e conquistou os telespectadores.

Para a servidora, programas como esse são interessantes, pois têm um aspecto psicológico e sociológico. “Você vê o comportamento das pessoas, o que elas fazem para ganhar dinheiro”, opina Kátia.

Juliana, que já foi estagiária no TRF-1ª Região, conta que a mãe a apoiou quando foi selecionada para o programa, e diz ainda que, quando era indicada para o “paredão” e via sua mãe torcendo por ela, achava o máximo. “Para mim, o melhor foi ver a minha família reunida”, conta Juliana.

Única representante brasileira, Juliana ainda colhe os frutos de sua participação no *Big Brother Brasil*. No mês de maio, ela apresentou, na cidade, a peça teatral “As Filhas da Mãe”. Juliana faz o papel de Deise Maria Júnior, uma das filhas de uma vedete frustrada que luta para transformar suas duas filhas sem talento em grandes artistas do *showbiz*. A brasileira também tem um *site* elaborado por um fã-clube: o [www.julianalopes.com.br](http://www.julianalopes.com.br).

A servidora Kátia Lopes declara que vibrou com a participação de Juliana. “Tinha horas que eu sofria muito, mas, no geral, foi positivo”, revela a *big mother* Kátia Lopes.

## Doce homenagem

Cercadas de muito carinho, as mães que confiam os cuidados de seus filhos ao berçário do Tribunal foram homenageadas no dia 05 de maio.

Todos os que presenciaram a homenagem, puderam apreciar a interpretação da “Ave Maria” realizada pela servidora Beatriz Mattos, mãe das gêmeas Ísis e Sofia, de 10 meses.

O Secretário-Geral Paulo Cardoso, representando o gabinete da Presidência a pedido do Desembargador Federal Aloísio Palmeira, esteve no local e cumprimentou todas as mães presentes pela passagem de seu dia, lembrando que “a preocupação da atual administração também passa pelo apoio à maternidade.”

Depois de um delicioso lanche, as homenageadas receberam lembranças confeccionadas a partir das fotos dos bebês.

O berçário do TRF-1ª Região funciona há dois anos e faz parte das realizações do Programa de Gestão em Qualidade



O Secretário-Geral Paulo Cardoso prestigia o evento no berçário do Tribunal

de Vida e Trabalho (PGQVT). A equipe é supervisionada pela servidora Roberta Costa Matos e recebe atualmente oito crianças com idades entre três meses e um ano, que contam com acompanhamento médico, odontológico e da nutricionista do Tribunal, Cristine Caltabiano.

Também estiveram presentes ao evento as diretoras da Secretaria de Programas e Benefícios Sociais (Secbe), Sônia Maria Garcez, e da Divisão de Programas e Benefícios (Diben), Ruth Maria Vaz.

## TRF-1ª Região comemora Dia das Mães

O TRF-1ª Região comemorou, antecipadamente, o Dia das Mães. No dia 5 de maio, o Presidente Aloísio Palmeira homenageou as mães magistradas, servidoras, estagiárias e prestadoras de serviço do Tribunal e de toda a Primeira Região com mensagem de reconhecimento pelo importante papel por elas desenvolvido na família, no lar, na educação dos filhos e no exercício da profissão.

As homenagens fizeram-se por meio de diversas atividades. A sexta-feira, dia 6, foi dedicada ao combate ao estresse. O Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT) promoveu sessões de massagem expressa gratuitas para as mães, com duração de 15 minutos, no período das oito da manhã às sete da noite, no *hall* do Plenário, enquanto eram servidos biscoitos e chocolate quente. As mães que assinaram o livro de presença concorreram a um dia de beleza oferecido pela clínica especializada *Unique Esthetic House*; o sorteio aconteceu ao vivo, na rádio Destaque, no dia 17; e a contemplada foi a servidora

Dulcilene Dias de Oliveira. Bombons oferecidos pelo PGQVT às homenageadas foram distribuídos nas unidades do Tribunal.

A Assessoria de Comunicação veiculou a poesia “Minha Mãe”, da autoria de Alexandre Rogério Silva, durante toda a programação da rádio, e realizou a promoção “Que beleza de mãe!”. As mães ouvintes enviaram mensagens eletrônicas para a rádio e concorreram a kits de beleza, oferecidos pelo salão *Noemi Coiffeur*, vale-lanches com direito a acompanhante, doados pelo restaurante *Fortaleza Buffet*, um pacote de cinco massagens relaxantes, além de fotos individuais e com a família, oferecidas pelo fotógrafo Luiz Carlos Xavier. O Secretário-Geral Paulo Cardoso, o Diretor-Geral Washington Ribeiro e o Diretor da Taquigrafia, Carlos Benedito, também estiveram no estúdio e fizeram a leitura ao vivo, na rádio, de mensagens elaboradas pelo Presidente Aloísio Palmeira e pelo Vice-Presidente Mário César Ribeiro.

Conheça as ganhadoras da Promoção “Que beleza de mãe!”



Dia das mães é comemorado com massagem relaxante no *hall* do Plenário



A servidora Cristiane Vasconcelos é premiada com cupom do salão de beleza localizado no Tribunal



A servidora Jeanne Maia ganha o vale-lanche oferecido pelo restaurante do Tribunal





# Força de arma no TRF da 1ª Região

## O poder de fogo contido

No último dia 28 de abril do corrente ano, a Corte Especial do TRF da 1ª Região, aprovou, por unanimidade, a Resolução n. 100 – 009, que dispõe sobre o porte de arma de fogo institucional nas atividades de segurança judiciária no Tribunal Regional Federal e na Justiça Federal de Primeiro Grau da Primeira Região.

Na mesma sessão, foi aprovada, também por unanimidade, proposta de elaboração da IN 14.20, documento que tem a finalidade de disciplinar os procedimentos administrativos destinados ao cumprimento das exigências legais sobre o assunto.

No âmbito do TRF da 1ª Região, a aprovação do porte de armas aos agentes do Serviço de Segurança, representou uma reconquista de prerrogativa garantida desde 1996, ano em que o Tribunal concedeu aos servidores ocupantes do cargo de Agente de Segurança Judiciária o direito e a garantia de portar a arma em prol da autodefesa e da proteção a seus segurados. Neste caso, a concessão, controlada com rigor centralizado, era conferida apenas a um reduzido grupo de servidores (vinculados exclusivamente ao Setor de Segurança), todos portadores de habilidade técnica e equilíbrio emocional conferidos por órgãos oficiais de credenciamento.

Com o advento da Lei 10.826/2003, mais conhecida por Estatuto do Desarmamento, a Direção da Unidade de Segurança, ciente dos limites impostos pela nova lei, tratou de suspender imediatamente a concessão dos portes de arma, até que a matéria fosse deliberada por órgão competente.

Decidida a questão legal de concessão dos portes, apoiada pelo disposto no *caput* do art.6º da Lei 10.826/2003, decidiu o Tribunal pela concessão dos portes no âmbito de sua jurisdição, decisão extensiva às seccionais vinculadas à Primeira Região.

Matéria por demais polêmica, a sociedade vem assistindo, nos últimos meses, ao recrudescimento do debate sobre o uso de armas letais pelo cidadão comum. Dos dois lados da questão, grupos de pessoas honestas e bem-intencionadas, vítimas em potencial da descontrolada violência urbana, defendem com intransigência pontos de vista tão radicais quanto diametralmente opostos, a ponto de verem a questão decidida somente em plebiscito previsto para outubro do corrente ano.

Contrariamente ao que se pode imaginar no que tange aos critérios de concessão do porte de armas no Tribunal e nas Seccionais, o dispositivo normativo que disciplina os parâmetros de concessão e uso do equipamento é extremamente cauteloso e, portanto, restritivo aos anseios de quem esperava algo flexível.

Elaborado com obediência a preceitos legais e procedimentos cautelares indispensáveis em matéria de concessão de porte de arma de fogo, sua confecção baseou-se na premissa que o porte de uma arma letal indica que o requerente ou dirigente considera que haja uma possibilidade, conquanto remota, de que o equipamento possa vir a ser utilizado em algum dia, em alguma situação que exija o seu emprego. É, portanto, justo e razoável que seja exigido do pretense usuário demonstrar que seja

capaz de usar essa arma de fogo, mesmo sob forte pressão psicológica, com absoluta segurança e eficiência. O preparo, iniciado com a instrução teórica (que deve necessariamente abranger o entendimento claro dos limites legais à defesa da vida e do patrimônio), jamais será eficaz se não for suplementado por treinamentos freqüentes nas condições de maior realismo possível. Não há cartilha ou manual que simule os efeitos devastadores da adrenalina nas condições de um confronto armado.

Assim sendo, potenciais usuários que por questões psicológicas podem apresentar perfis de comportamentos anti-sociais ou falta de autocontrole, são tidos como absolutamente incompatíveis com as enormes responsabilidades que acompanham o porte de uma arma letal. O usuário de uma arma de fogo deve antever sempre a possibilidade da gradação do menor dos conflitos e estar ciente das irreversíveis seqüelas que daí poderão advir para si, para terceiros e para a instituição. Com essa consciência, deverá agir sempre com a maior prudência possível, com tranquilidade e absoluta discrição. Aquele que não for capaz de ignorar um insulto ou desculpar-se ainda que se julgue ofendido, não reunirá as condições básicas para portar uma arma, sobretudo de uso institucional. Ressaltamos, finalmente, que portar uma arma de fogo é coisa muito séria, exige minuciosa análise, planejamento estruturado e implementação profissional, fatores ancorados em pessoal especializado, devidamente treinado e trabalhando estritamente dentro dos ditames legais. A vida não admite improvisações.

### Agnaldo Dias de Souza

Agente de Segurança de Carreira do TRF-1ª Região, Especialista em Segurança Corporativa, Pós-Graduando em Segurança Pública, Graduado em Administração de Empresas e Direito. Exerce atualmente o cargo de Diretor da Divisão de Segurança e Serviços Gerais



# Bem-me-quer

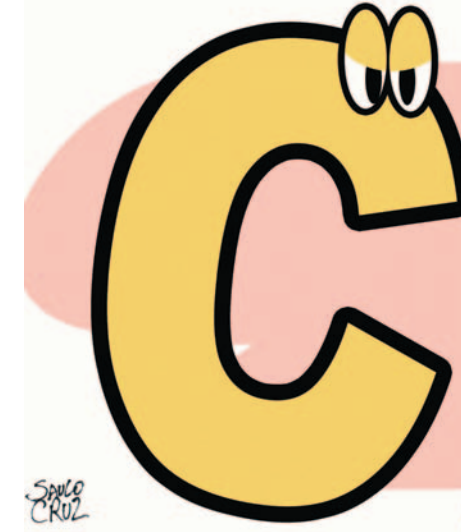
Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

## Vitamina C na medida certa

Popular, em virtude do seu papel como antioxidante, a vitamina C oferece proteção contra algumas doenças e contra os aspectos degenerativos do envelhecimento. Porém, o excesso dessa vitamina pode causar efeitos colaterais, como náuseas e diarreia.

A vitamina C (também conhecida como ácido ascórbico) é uma das 13 principais vitaminas que fazem parte de um grupo de substâncias químicas complexas necessárias para o funcionamento adequado do organismo. É uma das vitaminas hidrossolúveis, o que significa que o organismo usa o que necessita e elimina o excesso.

A vitamina C deve ser obtida de frutas e vegetais, e a quantidade recomendada de ingestão é de cinco porções de frutas e vegetais por dia. Essa vitamina é encontrada em alimentos como frutas cítricas, tomates, morangos, pimentão-doce e brócolis. A melhor maneira de se obter a quantidade necessária é por meio de uma alimentação saudável e balanceada.



### Carência

Estudos comprovam que a vitamina C ajuda as células do organismo, incluindo os ossos, os dentes, as gengivas, os ligamentos e os vasos sanguíneos, a crescerem e permanecerem saudáveis. Se o organismo não receber quantidades diárias suficientes de vitamina C, poderão aparecer escuridões na pele, sangramento nas gengivas, má-cicatrização das feridas, perda de dentes, dores nas articulações e infecções.

### Mas fique de olho

Indivíduos que tomam grandes quantidades de vitamina C (mais do que 100mg por dia, aproximadamente) podem apresentar náuseas, cólicas estomacais, diarreia e, possivelmente, cálculos renais. Discuta o uso de suplementos vitamínicos com seu médico e lembre-se sempre de que uma dieta rica em carnes, frutas, vegetais, leite e ovos pode suprir a quantidade de vitaminas diárias.

Outra fonte: Hospital Santa Lúcia [www.santalucia.com.br](http://www.santalucia.com.br)

## Frutas e vitamina C

Alimento	Quantidade	Miligramas de vitamina C
Goiaba	1 unidade média (170 g)	370,6
Caju	1 unidade média (60 g)	131,4
Pimentão cru	1 unidade média (55 g)	134,7
Manga	1 unidade média (220 g)	116,6
Laranja pêra	1 unidade média (180 g)	95,7
Morango	10 unidades (120 g)	84,0
Abacaxi	1 fatia média (120 g)	73,2
Mamão papaya	1 fatia média (110 g)	50,6

Fonte de pesquisa: [www.cyberdiet.com.br](http://www.cyberdiet.com.br)

## Mitos e Verdades

### Comer gelatina fortalece as unhas?

**Mito** – A origem do mito é a seguinte: suponha que você está com falta extrema de proteínas – o que não é comum –, sobrevivendo somente à base de frutas, por exemplo (que têm vitaminas, mas pouquíssima proteína – menos de 1%). Como o organismo é capaz de se adaptar, ele não gastará reservas para manter o cabelo vistoso e as unhas fortes. Dará preferência à manutenção do coração e do cérebro. Se nesse caso extremo, toma-se um “choque” de proteína, chupando tutano, por exemplo, as unhas podem melhorar. Mas, em situações normais, comer gelatina (que é proteína) não tem efeito significativo.

### Não se deve tomar banho após uma refeição pesada?

**Verdade** – Depende do tamanho da refeição. Após uma comidinha leve, não há problema. Mas, em alguns casos, é bom seguir os conselhos da vovó. Depois de uma feijoada, com certeza, o banho irá dificultar a digestão. Isso porque, depois da refeição, o metabolismo fica todo voltado para o processamento do alimento, e qualquer tipo de atividade física que consuma mais energia desviará parte do fluxo sanguíneo para a musculatura e irá atrapalhar a digestão. Agora, durante um churrasquinho à beira da piscina, não faz mal algum dar um mergulho.



**Observatório da imprensa**



O Observatório da Imprensa é um jornal online, que funciona como um fórum permanente. Dessa forma, usuários das diversas mídias tradicionais como rádio, televisão e jornal, organizados em associações e desvinculados do jornalismo, poderão manifestar-se e participar ativamente. Com o site, as pessoas, além de ficarem bem informadas, podem dar sua opinião sobre os diversos temas da atualidade. As edições são semanalmente atualizadas, sempre às terças-feiras, às 18h. Acesse o site e informe-se.

Site: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br>

**Site**

**TV Pirata**

O DVD da "TV Pirata" reúne o melhor do programa que fez história e mudou o humor da TV brasileira. A coletânea inclui os mais engraçados episódios como "As Presidiárias", "Tela Morna", "TV Macho", "Morro do Macado Molhado", a novela completa "Fogo no Rabo" e muito mais. O DVD é um registro da reunião dessa geração do humor que virou grandes estrelas e que muitos, hoje, têm seus próprios programas. Vale a pena conferir as quase oito horas de comédia! Alguns vão matar a saudade, outros conhecer, mas todos irão rolar de rir!

Vídeo e DVD: **TV Pirata - Duplo**

Gênero: **TV**



**DVD**

**Um barzinho e um violão – Jovem Guarda**



O álbum "Um Barzinho, Um Violão" versão Jovem Guarda traz grandes sucessos do movimento interpretados por artistas que vão da MPB ao samba. Um dos destaques do CD em comemoração dos 40 anos da Jovem Guarda, é Caetano Veloso, que canta "Só vou gostar de quem gosta de mim". Já Zeca Pagodinho gravou "Coqueiro verde", que, mesmo sem pertencer à época da Jovem Guarda, entrou no álbum por ser de Roberto e Erasmo Carlos. Outros artistas que aparecem no disco são Daniela Mercury, cantando "Esqueça"; Pedro Mariano, com "Se você pensa"; Sandra de Sá, interpretando "Erva venenosa"; e muito mais.

Artista: **Vários**

Gênero: **MPB**

**CD**

**"Para não Dizer Adeus"**

"Para não Dizer Adeus" marca o retorno da romancista, cronista e ensaísta Lya Luft à poesia, em um volume que reúne poemas antigos e outros mais recentes, quase todos bem atuais e inéditos. Os leitores encontrarão aqui material para reflexão de questões de seu cotidiano: a relação entre pais e filhos, a relação entre amantes, o medo da morte, as dificuldades em aceitar as perdas, as amarras que, muitas vezes, nos impedem de usar e amadurecer.

Autora: **Lya Luft**

Editora: **Record**



**Livro**

**Teste seus conhecimentos**

Por **Márcia Murça Barroso**

Assinale a única afirmativa que se encontra na voz passiva (quando a ação transmitida pelo verbo recai no sujeito):

- a) Se tivesse exposto assim o raciocínio, teríamos entendido antes.
- b) A prova tinha-o feito cansar-se demais.
- c) Teria sido suficiente sua proposta.
- d) Tamanha presunção nunca se viu.
- e) Todos ouviram calados as reclamações do professor.

Resposta: d

**Secretaria de Programas e Benefícios Sociais - SECBE**  
**Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefícios**

(Dados até 28/02/05)

(Dados até 31/03/05)

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
<b>I - Despesas Área Social</b>			
1 - Auxílio Alimentação	5.170.320,72		5.170.320,72
2 - Creche	913.414,36		913.414,36
3 - Auxílio Transporte	77.389,33		77.389,33
4 - Programa Qualidade de Vida		22.212,95	22.212,95
<b>Subtotal I</b>	<b>6.161.124,41</b>	<b>22.212,95</b>	<b>6.183.337,36</b>
<b>II - Despesas Médicas</b>			
1 - Consultas	166.671,95	332.768,37	499.440,32
2 - Exames Laboratoriais	103.832,86	207.307,15	311.140,01
3 - Exames Radiológicos	86.572,33	172.845,71	259.418,04
4 - Internações	443.784,32	886.036,16	1.329.820,48
5 - Psicologia	55.827,02	111.461,25	167.288,27
6 - TFD		6.526,00	6.526,00
7 - Outras	306.509,20	611.959,95	918.469,15
<b>Subtotal II</b>	<b>1.163.197,68</b>	<b>2.328.904,59</b>	<b>3.492.102,27</b>
<b>III - Despesas Odontológicas</b>			
1 - Dentisteria	55.961,86	111.730,48	167.692,34
2 - Prótese Dentária	58.928,52	117.653,54	176.582,06
3 - Periodontia	14.698,42	29.346,08	44.044,50
4 - Radiologia	15.237,81	30.423,00	45.660,81
5 - Endodontia	7.956,02	15.884,57	23.840,59
6 - Outras	32.498,34	64.884,45	97.382,79
<b>Subtotal III</b>	<b>185.280,97</b>	<b>369.922,12</b>	<b>555.203,09</b>
<b>IV - Despesas Área Administrativa</b>			
1 - Fenaserjus		334.491,70	334.491,70
2 - Seguro de Vida		25.930,60	25.930,60
3 - Passagens e Hospedagem (TFD)		9.527,50	9.527,50
4 - Outras		23.471,47	23.471,47
<b>Subtotal IV</b>		<b>393.421,27</b>	<b>393.421,27</b>
<b>Total Geral</b>	<b>7.509.603,06</b>	<b>3.114.460,93</b>	<b>10.624.063,99</b>

Fonte: DIVAF e SEPLA

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirurgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.

**DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS (2005)**

MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS							
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS			DESPESAS	SALDO		
						CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS	OUTRAS	TOTAL		
Saldo Dez/04		1.467.095,00		1.467.095,00						12.345.288,86		12.345.288,86
jan/05	1.467.095,00		571.359,98	895.735,02	12.345.288,86	1.624.502,33	113.958,25	153.497,23	202.290,44	2.094.248,25	1.320.082,18	13.119.454,93
fev/05	895.735,02	17.884.649,00	777.118,67	18.003.265,35	13.119.454,93	1.624.572,19	90.417,66	148.036,34	76.658,18	1.939.684,37	1.794.378,75	13.264.760,55
mar/05	18.003.265,35		893.570,98	17.109.694,37	13.264.760,55	1.626.985,25	85.638,42	178.851,74	73.431,88	1.964.907,29	1.439.109,01	13.790.558,83
abr/05												
mai/05												
jun/05												
jul/05												
ago/05												
set/05												
out/05												
nov/05												
dez/05												
<b>TOTAL 2005</b>		<b>19.351.744,00</b>	<b>2.242.049,63</b>	<b>17.109.694,37</b>		<b>4.876.059,77</b>	<b>290.014,33</b>	<b>480.385,31</b>	<b>352.380,50</b>	<b>18.344.128,77</b>	<b>4.553.569,94</b>	<b>13.790.558,83</b>

Fonte: Recursos União - SEPLA; Recursos Próprios - DIVAF.

Obs 1: O Saldo de Dez/04 corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outras = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocinios, etc...

Obs 3: As despesas da União não incluem o Auxílio Alimentação, Creche e Auxílio Transporte.